

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Rodrigo Duarte Faccin

**O TRABALHO DE MULHERES ASSENTADAS: DESCORTINANDO
DESIGUALDADES**

**Santa Maria, RS
2016**

Rodrigo Duarte Faccin

**O TRABALHO DE MULHERES ASSENTADAS: DESCORTINANDO
DESIGUALDADES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos de Souza

**Santa Maria, RS
2016**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Duarte Faccin, Rodrigo
O TRABALHO DE MULHERES ASSENTADAS: DESCORTINANDO
DESIGUALDADES / Rodrigo Duarte Faccin.- 2016.
137 p.; 30 cm

Orientador: Renato Santos de Souza
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

1. Relações de gênero 2. Mulheres rurais 3. Trabalho
feminino 4. Assentamento rural I. Santos de Souza,
Renato II. Título.

Rodrigo Duarte Faccin

**O TRABALHO DE MULHERES ASSENTADAS: DESCORTINANDO
DESIGUALDADES**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado do Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM), como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre em
Extensão Rural**.

Aprovado em 24 de agosto de 2016:



Renato Santos de Souza, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Cassiane da Costa, Dr^a. (UERGS)



Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

Escrevi esta dissertação sobre o trabalho das mulheres do Assentamento Conquista da Liberdade, mesmo sendo um homem, pois além de ser um dos temas que mais me preocupa, considero indispensável o fortalecimento de seu debate para o alcance de um mundo igualitário.

A magia da empatia acontece na nossa cabeça quando nos colocamos no lugar das outras pessoas e procuramos compreender a realidade a partir de todos os pontos de vista.

Dedico este trabalho às pessoas que descortinam desigualdades e lutam por um mundo justo e livre.

AGRADECIMENTOS

Antes de encerrar o mestrado e fazer a defesa da dissertação é preciso agradecer os variados e verdadeiros estímulos que recebi ao longo desta magnífica jornada.

- À minha mãe, Roselaine, e ao meu pai, José Elio, os quais não somente me incentivaram, mas estiveram presente comigo em todos os momentos deste processo. Sou grato pelo incentivo, pelo carinho e por estarem ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Dessa maneira, estendo os agradecimentos à minha irmã, Caroline, pela amizade, companheirismo e por abdicar de muitas coisas em favor dos meus sonhos. Amo vocês!

- À Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade de acessar o ensino público e gratuito.

- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sou grato em razão da concessão da bolsa de estudos.

- Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, pela oportunidade de aprender e compartilhar conhecimentos, permitindo ampliar minhas fronteiras acadêmicas e pessoais.

- Ao meu orientador, Professor Renato Souza, pelo empenho e por me deixar livre na escolha da temática desta pesquisa. Uma relação que sempre me manteve tranquilo, fazendo com que me sentisse privilegiado em tê-lo como orientador.

- Aos professores e às professoras do curso, pelas conversas e ensinamentos compartilhados.

- Às meninas da Sulclean e às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, pela dedicação nos serviços prestados.

- Às professoras Carmen Rejane Wizniewsky e Cassiane da Costa, meus agradecimentos sinceros, pela disponibilidade em participar deste processo tão importante da minha vida.

- Aos colegas e às colegas do curso, pelo apoio e amizade construída ao longo dessa jornada e por contribuírem em fazer desta convivência uma das experiências mais ricas de minha vida, em especial à Andréa Carloto, Andrés Leonardo Becerra, Alida Corey, Carima Atiyel, Carla Dorneles, Diego Camelo, Diego Pitirini, Iolanda Araujo, Laura Possani, Lauro Bernardi, Mauren Buzzatti, Renata Hartmann, Yosani Morales e a minha querida amiga-irmã Tamires Bieger.

Janaína Betto e ao Marcelo Rauber, minha gratidão por terem me incentivado a icipar do Estágio Interdisciplinar de Vivência. Desta valiosa experiência surgiu esta dissertação.

- Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a todos os Sem Terras do Brasil, que com ousadia constroem a luta pela reforma agrária e tantas outras batalhas.

- Ao Assentamento Conquista da Liberdade, que me acolheu com muito afeto e carinho, em especial à Dona Marli, Seu Bilho, Dona Milânia e Seu Telmo.

- Às agricultoras entrevistadas, pela gentileza em emprestar suas histórias de vida e contribuir com esta pesquisa.

- Aos amigos, às amigas e aos familiares de Santiago, meu carinho por estarem sempre ao meu lado.

- Aos sambas, companheiros constantes da minha vida, que contribuíram para que este processo fosse menos doloroso.

- E, por fim, a nossa eterna ingenuidade.

Muito obrigado!

*“Ousai o voo das alturas.
Inventai caminhos novos.
Tirai da própria fonte,
das virtualidades presentes em vós,
do vosso imaginário,
dos vossos sonhos e
das vossas utopias
mil razões para lutar,
para viver e para criar!”*

- Leonardo Boff

RESUMO

O TRABALHO DE MULHERES ASSENTADAS: DESCORTINANDO DESIGUALDADES

AUTOR: Rodrigo Duarte Faccin
ORIENTADOR: Renato Santos de Souza

Diante do contexto de busca de reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, este estudo procurou entender as relações de gênero a partir dos significados expressados pelas agricultoras sobre o trabalho. O passo inicial da pesquisa se deu a partir de uma ligação já existente com o Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini – RS. Um fator importante para escolha deste Assentamento como universo da pesquisa foi à presença de dois modelos de organização do trabalho, (1) individual e (2) coletivo. No modelo individual as terras são utilizadas individualmente por cada família através do modelo de produção agrícola de agricultura familiar, já no segundo grupo as famílias utilizam um sistema de produção coletiva da terra a partir de uma cooperativa. Como o objetivo de obtenção de conhecimentos detalhados, foi realizado um estudo de caso, em que se buscou recuperar as experiências das mulheres e analisar a percepção delas sobre o trabalho através da observação e do relato oral de oito agricultoras. Neste sentido, foi possível conhecer a dura realidade que estas mulheres estão inseridas, tendo seu trabalho inferiorizado ao mesmo tempo em que homens ocupam os espaços de poder e decisão. O assentamento estudado é um espaço de múltiplas relações sociais, em que a vida em comunidade é construída a partir de vários aspectos, seja através da interação que o trabalho provoca entre as famílias e até mesmo a partir de elementos como a religiosidade e festas em comunidade, sendo que todos estes espaços são arquitetados a partir de uma profunda divisão nos papéis sociais de gênero. O processo de luta pela terra possuiu um papel educativo para as famílias, sobretudo para as mulheres, no que se refere ao reconhecimento de seu papel na agricultura familiar, porém é oportuno destacar que estas mulheres ainda não reconhecem como trabalho todas as atividades que desempenham principalmente aquelas realizadas na esfera doméstica e percebem ser ajudantes de seus esposos em outras atividades. Desta forma, a representação do homem como chefe da família é constantemente construída e evidenciada. Foi possível perceber que os dois modelos de organização do trabalho contribuem para sustentar desigualdades entre os homens e as mulheres, que se apresentam a partir de uma naturalização da divisão do trabalho. Esta divisão do trabalho impossibilita a participação feminina nos espaços de liderança, estabelecendo aos homens o poder das decisões, além de produzir sobrecarga e a desvalorização do trabalho da mulher. Vale destacar que os espaços de debate, reflexão e formação no assentamento, atualmente, são raros, visto que no passado era uma prática bastante estimulada pelo movimento e incorporada pelos assentados e pelas assentadas. Por fim, cabe destacar que as mulheres nos mostraram como vivenciam relações de trabalho desiguais, criando sonhos de relações de gênero igualitárias. Em linhas gerais, elas descortinaram desigualdades ao mesmo tempo em que evidenciaram: temer jamais!

Palavras-chave: Relações de gênero. Mulheres rurais. Trabalho feminino. Assentamento rural.

ABSTRACT

THE WORK OF SETTLED WOMEN: UNVEILING INEQUALITY

AUTHOR: Rodrigo Duarte Faccin
ADVISOR: Renato Santos de Souza

Thus, women's work becomes not recognized, unviable and sometimes without generating economic and social value. In the context of looking for recognition of the women as rural workers, this study aimed to analyze gender relations from the meanings expressed by farmers about the work. The initial step of the research took place from an existing connection with the Conquista da Liberdade Settlement in Piratini-RS. An important factor for choosing this Settlement as the universe of the research was the presence of two models of work organization: (1) individual, the lands are used individually by each family through agricultural production model of family farming and (2) collective, the families use a collective land production system through a cooperative. As the goal of obtaining detailed knowledge, we conducted a case study, which sought to reclaim the women's experiences and analyze their perception about the work through observation and oral report of eight farmers. It was possible to know the harsh reality that these women are inserted, having their work slighted while men occupy the positions of power and decision-making. The settlement studied is a space of multiple social relationships, in which community life is built from various aspects, either through interaction that work creates between families or even from some elements such as religiosity and parties in the community. All those spaces are architected from a deep division in gender social roles. The process of struggle for land owned an educational role for families, especially for women, with regard to the recognition of their role in agriculture. However, it is appropriate to point out that these women still do not recognize as work all the activities they perform, mainly those carried out in the domestic sphere, and perceive to be their husbands helpers in other activities, particularly those related to agricultural work. In this way, the representation of a man as the head of the family is constantly constructed and evidenced. It was possible to notice that both the experience of collective work as the model of individual work has contributed to sustain inequality between men and women, presenting from a naturalization of the division of labor. This division of labor prevents women's participation in leadership areas, establishing the men the power of decisions. In addition, it produces overload and devaluation of women's work. It is worth noting that the spaces for debate, reflection and training in the settlement are currently rare but it was a very stimulated practice by the movement and incorporated by the settlers in the past. Finally, it is also worth mentioning that women have shown us how experience unequal labor relations, creating dreams of egalitarian gender relations. Generally speaking, they brought to light the inequalities at the same time they showed: never fear!

Keywords: Gender relations. Rural women. Women's work. Rural settlement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa do Rio Grande do Sul.....	65
Figura 2	Placa de entrada do Assentamento Conquista da Liberdade.....	70
Figura 3	Escola presente no Assentamento	72
Figura 4	Abertura da Festa de Aniversário do Assentamento	75
Figura 5	Missa realizada no Assentamento	77
Figura 6	Sede da Cooperativa	80
Figura 7	Estrutura e Produção da Cooperativa	83
Figura 8	Estrutura e Produção da Cooperativa	83
Figura 9	Diversidade de culturas desenvolvidas	84
Figura 10	Diversidade de culturas desenvolvidas	84
Figura 11	Diversidade de culturas desenvolvidas	84
Figura 12	Reunião dos agricultores individuais	85
Figura 13	Reunião dos agricultores individuais	85
Figura 14	Rotina de trabalho de agricultora do modelo individual	93
Figura 15	Espaços da feira livre	95
Figura 16	Espaços da feira livre	95
Figura 17	Rotina de trabalho de agricultora do modelo coletivo	101
Figura 18	Rotina de trabalho de agricultora do modelo coletivo	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Perfil das Entrevistadas	31
----------	--------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS	Cooperativa de Prestação de Serviços
COOPAVA	Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre
COPEEC	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RS	Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
1.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	27
2	GÊNERO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE.....	33
2.1	COMPREENDENDO GÊNERO.....	33
3	UM OLHAR SOBRE A MULHER RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO MST.....	45
3.1	A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.....	45
3.1.1	As relações de gênero na agricultura familiar camponesa...	49
3.2	O MST E AS MULHERES.....	54
3.3	MULHERES RURAIS E A CONQUISTA DE DIREITOS.....	60
4	O ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE: ESPAÇO DE MÚLTIPLAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	65
4.1	A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE	66
4.2	A VIDA NO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE..	71
4.2.1	O perfil das famílias	71
4.2.2	A infraestrutura do assentamento	73
4.2.3	As festas da comunidade	74
4.2.4	A religiosidade no assentamento	76
4.3	A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO	78
5	O TRABALHO E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO: A PERCEPÇÃO DAS MULHERES.....	87
5.1	O TRABALHO DAS MULHERES.....	87
5.1.1	O trabalho das mulheres do grupo individual.....	89
5.1.2	O trabalho das mulheres do grupo coletivo.....	98
5.2	A PERCEPÇÃO SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA E A ATUAÇÃO NO MST	105
	PARA NÃO CONCLUIR!	111
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICES	123
	TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA	125
	ROTEIRO DE ENTREVISTA: AGRICULTORAS DO MODO DE TRABALHO INDIVIDUAL	127
	ROTEIRO DE ENTREVISTA: AGRICULTORAS DO MODO DE TRABALHO COLETIVO	129
	FOTOS DO ASSENTAMENTO	133

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto de busca de reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, esta dissertação procurou compreender as relações de gênero a partir dos significados transmitidos pelas agricultoras sobre o trabalho. O passo inicial da pesquisa se deu a partir de uma ligação minha já existente com um assentamento de reforma agrária, através da minha participação como estagiário do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV)¹.

Em fevereiro de 2015, tendo como objetivo buscar uma maior aproximação como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), participei do EIV, oportunidade que pude acompanhar e vivenciar, por dez dias, a rotina das famílias do Assentamento Conquista da Liberdade, localizado no município de Piratini, Rio Grande do Sul. Nas diversas experiências e contatos com as famílias assentadas, descobri e me surpreendi com os relatos das trajetórias de vida, desde suas inserções em acampamentos de reforma agrária, marcadas por lutas e por sofrimentos, até as dificuldades econômicas e sociais que estavam enfrentando naquele momento. Estava conhecendo homens e mulheres do MST.

Primeiramente, participei deste estágio com o objetivo de conhecer a realidade do MST no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, compreender a problemática da questão agrária no Brasil. Durante a realização do estágio estava iniciando o segundo ano do mestrado. Percebi que ali havia uma rica realidade empírica, com a qual possuía um forte vínculo e uma razoável compreensão da trajetória das famílias, obtida durante os dez dias de vivência com as mesmas. Neste contexto, identifiquei no Assentamento Conquista da Liberdade uma grande possibilidade de estudo, tendo como foco as mulheres rurais do assentamento.

A proposta de estudo, sobretudo da temática de gênero, originou-se também de concepções políticas e interdisciplinares que tenho, especialmente, de minha trajetória de vida, onde em muitas situações confrontei e questionei os papéis sociais de gênero impostos pela sociedade. A pesquisa nasceu, portanto, da minha

¹ O Estágio Interdisciplinar de Vivências, EIV, aproxima estudantes universitários da realidade agrária do Brasil, tornando-se um espaço consolidado em inúmeras universidades do país e contribuindo de maneira significativa na formação de profissionais voltados para a difícil realidade social brasileira. O estágio proporciona aos estudantes contato direto com as comunidades de assentamentos e agricultores familiares organizados, vivenciando na prática seus problemas, suas formas de organização e os desafios por eles enfrentados.

empatia com essa problemática e pelo desejo pessoal de contribuir com sua discussão, não sendo idealizadas por meras escolhas aleatórias.

De acordo com Scott (1995), homem e mulher são categorias socialmente construídas para estabelecer significações, onde os sujeitos, por sua vez, aceitam, rejeitam, contestam, adaptam, enfim, participam deste processo de construção. Embasado por este entendimento, no que se refere à realidade desta pesquisa, gênero é compreendido como uma construção social a partir de uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Nesse sentido, estudar a transformação da agricultura familiar a partir da experiência pessoal das mulheres é fazer um recorte pouco tradicional. Scott (1995, p. 6) alerta:

Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas.

Um fator importante para escolha da temática e do Assentamento Conquista da Liberdade como universo da pesquisa foi à presença de dois modelos de organização do trabalho, (1) individual e (2) coletivo, sendo que no primeiro grupo as terras são utilizadas individualmente por cada família através do modelo de produção agrícola de agricultura familiar, já no segundo grupo as famílias utilizam um sistema de produção coletiva da terra a partir de uma cooperativa. Neste contexto, diferem-se a organicidade do trabalho nos dois grupos de trabalho, em que ficaram visíveis diferenças nas responsabilidades e atribuições assumidas pelas mulheres.

É importante salientar que as desigualdades entre homens e mulheres são expressivas e marcantes no meio rural brasileiro, identificadas em um contexto de reprodução social baseada em elementos que fazem distinção por gênero de forma hierarquizada, tais como a organização e a construção dos espaços do trabalho familiar. Na agricultura familiar camponesa, o trabalho é um elemento central da lógica econômica, baseando-se em uma divisão sexual das tarefas, onde são definidas as atividades próprias para os homens e para as mulheres.

Woortmann (1995), em estudo sobre o campesinato, mostra uma oposição entre a unidade de produção (trabalho agrícola) e a unidade de consumo (casa), espaços que foram historicamente e socialmente arquitetados como masculino e

feminino. Neste entendimento, as questões de gênero no rural estão relacionadas de acordo com a posição que cada indivíduo ocupa e os papéis sociais que desenvolvem. Dessa forma, o homem seria o sujeito responsável e capaz de participar de todo o processo de trabalho, já à mulher restaria a função de ajuda ao trabalho que pertence ao homem.

Brumer (2004, p. 210), em estudo que examinou o trabalho e as relações de gênero no mundo rural, concluiu que as mulheres ocupam uma posição subordinada, e seu trabalho “geralmente aparece como ajuda, mesmo quando desempenham o mesmo tempo de trabalho que os homens ou executam as mesmas atividades que eles”. Neste sentido, Paulilo (1987, p. 70) aponta que “o trabalho é leve e a remuneração é baixa, não devido a suas características, mas devido à posição ocupada na hierarquia familiar por aqueles que executam o trabalho”.

Deste modo, o trabalho feminino se torna não reconhecido, inviabilizado e algumas vezes sem gerar valor econômico e social. Brumer (2004) expõe que as mulheres tornam-se responsáveis pelos afazeres domésticos, não podendo dedicar-se integralmente às atividades agrícolas e, assim sendo, assumem uma posição de coadjuvante do processo produtivo, sendo seu trabalho considerado leve pelo homem. De acordo com Filipak (2012), muitas mulheres ainda não se reconhecem como trabalhadoras rurais por incorporarem o entendimento de que o trabalho feminino, sem gerar valor econômico, caracteriza-se como auxiliar e complementar, fortalecendo a manutenção de desigualdades.

Um fator importante para a construção de uma nova realidade sobre as relações de gênero surge com a entrada das mulheres em movimentos sociais, provocando novas relações no interior da família e no trabalho a partir do entendimento da condição feminina. A participação das mulheres rurais em movimentos sociais, além de ser um espaço de fortalecimento de suas lutas políticas, é uma ferramenta de contestação das desigualdades de gênero. Neste sentido, os movimentos sociais tornam-se espaços para que as mulheres construam suas reivindicações contra as desigualdades em que estão envolvidas (SALES, 2007; PINTO, 1992).

Diante deste contexto, algumas questões norteadoras para esta pesquisa se fazem necessário responder:

- Como as condições relativas ao trabalho influenciam nas relações de gênero em um assentamento rural? Podem existir diferenças no reconhecimento do trabalho feminino a partir da participação das mulheres em modelos diferentes de organização do trabalho? A participação das mulheres nas instâncias do MST e na luta pela terra contribuiu para mudar as relações de gênero e o entendimento sobre o trabalho?

Para responder esta pergunta o seguinte objetivo foi traçado:

- **Objetivo geral:** Entender como se configuram as relações de gênero no Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini/RS, a partir dos significados expressos pelas mulheres sobre o trabalho.

Para conseguir alcançar o objetivo geral, foram traçados quatro objetivos específicos, são eles:

- Caracterizar historicamente o Assentamento Conquista da Liberdade, enfatizando as relações de gênero e a contribuição das mulheres no processo de luta pela terra e na organização do Assentamento;
- Descrever como as famílias organizam e desenvolvem o trabalho no Assentamento a partir de seus dois modelos de organização (coletivo e individual);
- Entender a reprodução e a condição do trabalho desenvolvido pelas mulheres no assentamento, destacando as relações sociais em que estão inseridas;
- Apresentar e compreender a percepção das mulheres a respeito do trabalho e da condição feminina.

Neste sentido, esta pesquisa justifica-se, primeiramente, a partir da importância do debate sobre as relações sociais de gênero na sociedade, pois atualmente é possível verificar desigualdades de gênero nos espaços rurais brasileiros, evidenciadas a partir de uma intensa divisão sexual do trabalho, em que em algumas realidades a mulher assume posição de coadjuvante do processo produtivo.

Para Jurkewicz (2000, p. 10), estudar relações de gênero é debater sobre relações de poder. “Independente de sua boa ou má vontade pessoal, os homens

encontram-se em situação social privilegiada e as mulheres são frequentemente discriminadas”, dessa forma, pesquisas nestas áreas tornam-se necessárias para o fortalecimento do debate em torno da construção de relações de gênero igualitárias. Neste sentido, ao estudar as relações de gênero no rural busca-se analisar características que são fortemente utilizadas e naturalizadas, seja no âmbito social, econômico ou cultural.

Outro aspecto se deve à importância de estudar os assentamentos rurais brasileiros como espaços de múltiplas relações sociais, não focando apenas assuntos relacionados à luta pela terra. Por outro lado, contribuir com o debate sobre as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres é oportuno por permitir a discussão sobre comportamentos e concepções de mundo que muitas vezes são naturalizados.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A compreensão sobre o trabalho e o estudo sobre as relações de gênero em um assentamento de reforma agrária do MST desenrolaram-se como tema central desta dissertação. Diante disso, os métodos e procedimentos adotados não foram compreendidos como escolhas aleatórias e descontextualizadas, pois na visão de Alencar (1999, p. 22), “a metodologia é a forma que o pesquisador procede para encontrar o que acredita que pode ser conhecido”, definindo este procedimento a partir de seu aporte teórico e de sua compreensão de mundo. Neste sentido, com base nos objetivos propostos, a determinação do tipo de pesquisa se caracteriza como um estudo de caráter qualitativo e interpretativo.

O método qualitativo possibilita uma visão global do fenômeno estudado e permite a compreensão de uma situação específica. O método é utilizado quando se deseja analisar “[...] a perspectiva dos sujeitos frente à problemática em questão” (GODOY, 1995, p. 58). A definição deste método se apresenta a partir da dificuldade de quantificar as informações necessárias para responder os objetivos da pesquisa. Dessa forma, para a análise das informações se buscou realizar uma interpretação do contexto em que elas foram obtidas.

Como o objetivo de obtenção de informações detalhadas, foi realizado um estudo de caso, em que se buscou recuperar as experiências das mulheres e

analisar a percepção delas sobre o trabalho, caracterizando-se como um tipo de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente. Segundo Gray (2012, p. 200), o estudo de caso “[...] se mostra valioso ao acrescentar entendimento, ampliar a experiência e aumentar a convicção sobre um tema”.

Para Gil (2002), o estudo de caso se aplica quando a pesquisa tem por objetivo observar a ocorrência de um fenômeno social, e não discuti-lo apenas do ponto de vista da teoria, podendo ser desenvolvida a partir de um indivíduo, de um grupo de indivíduos, de uma organização ou de um conjunto de vários atores sociais.

A pesquisa bibliográfica também se tornou importante para o estudo, pois permitiu a cobertura de uma gama de assuntos muito mais amplos (GIL, 2002). Dessa forma, na construção desta pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do debate sobre as relações de gênero, em que se propôs descrever uma linha de raciocínio que inicia com a conceituação do que é gênero. A abordagem de gênero é elaborada a partir dos estudos de Joan Scott, em que adotada este conceito baseado no entendimento que:.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos [...] e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

De acordo com Martins (2008, p. 46), “para a condução de um estudo de caso a realização de pesquisa documental é necessária para o melhor entendimento do caso e também por corroborar evidências coletadas por outros instrumentos”. Neste contexto, além da pesquisa bibliográfica, considerou-se importante realizar uma pesquisa documental, que constitui em uma análise de informações secundárias, com o intento de buscar informações sobre a área de estudo e também sobre o MST. Desta forma, as informações do tipo documental possibilitaram insumos que complementaram o entendimento do contexto social da área de estudo (GIL, 2002).

O período da saída a campo foi propositalmente escolhido, pois se tratava do mesmo período do ano (primeira semana do mês de fevereiro) em que estive no estágio no ano anterior. Além disso, este período incluiu as comemorações do aniversário do assentamento, momento marcante para observar as relações sociais e a vida em comunidade das famílias assentadas.

A saída a campo ocorreu entre os dias de 11 de fevereiro e 20 de fevereiro do ano de 2016. Na chegada ao assentamento, retomei o contato com as famílias que havia conhecido um ano antes, redescobrimo as experiências e reafirmando contatos com as famílias assentadas. Nesse sentido, para dar continuidade à realização da pesquisa, foi necessário utilizar outros instrumentos de pesquisa, como a observação, o diário de campo e a entrevista.

Foi adotada a observação como um dos principais instrumentos da pesquisa. A etapa de observação resultou em um grande envolvimento com a área de estudo, com seus sujeitos e seus modos de vida, ocorrendo todos os dias da vivência no assentamento (totalizando dez dias), que incluiu vivenciar diversas atividades, desde rotinas das famílias até atividades agrícolas. Nesse sentido, além das conversas informais com os assentados e assentadas, busquei vivenciar e contatar o maior número possível de famílias. Deste modo, estive pernoitando na casa de cinco famílias, isso incluiu acompanhar as refeições e conviver de forma mais próxima.

Para Gray (2012, p. 320), a observação não é simplesmente uma questão de olhar algo e depois anotar, “[...] ela é um processo complexo que combina sensação e percepção”. Desta forma, para o autor a observação envolve “[...] um olhar sistemático sobre as ações das pessoas” e, conseqüentemente, o registro, a análise e a interpretação. O tipo de observação desenvolvida na pesquisa foi a que o referido autor define como aberta, sendo utilizada quando os observados estão cientes da observação.

Na visão de Alencar (1999), a observação é o melhor método para analisar profundamente a realidade de um grupo social. Durante a observação, uma das ferramentas imprescindíveis foi o diário de campo, em que anotei tudo que poderia ser levado em consideração para a construção dos resultados da pesquisa.

Após os primeiros dias de observação e de vivência com as famílias no Assentamento, foi possível definir a amostragem da pesquisa. Como o foco do estudo é o Assentamento Conquista da Liberdade, conseqüentemente, a população da pesquisa é a totalidade de indivíduos que habitam neste local, sendo cerca de 110 pessoas, que estão divididas em 48 núcleos familiares. Com isso, a escolha da amostra se deu através do entendimento do que poderia ser mais útil para o estudo. A amostra foi definida à medida que eu conhecia as pessoas e observava as atividades naquele local.

Já que no presente estudo não se pretende fazer generalizações dos resultados, a amostra intencional mostrou-se mais apropriada (GIL, 2002). Neste sentido, foram escolhidas oito mulheres para compor a amostra da pesquisa, cinco delas inseridas no modelo de trabalho individual e três vinculadas ao modelo de trabalho coletivo.

Diante dos objetivos propostos também foi realizada uma análise empírica, através de uma entrevista com pautas semiestruturadas com as oito mulheres assentadas, que teve por objetivo a coleta de informações pessoais, sendo “[...] que ordenados sistematicamente, de acordo com processos adequados, possibilitam o conhecimento de uma determinada situação” (MUNHOZ, 1989, p.85). Ou seja, buscou-se uma visão mais real dos fenômenos sociais que caracterizam o problema pesquisado.

Gil (2002, p. 118) apresenta que a aplicação da entrevista é oportuna a diversas razões, tais como: “possibilidade de obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; possibilidade de classificação dos dados obtidos”. As entrevistas foram conduzidas a partir de um questionário semiestruturado, possuindo um roteiro com tópicos norteadores.

Depois de estabelecida uma relação com a entrevistada, permitindo uma dinâmica descontraída, posteriormente, se fazia o uso do gravador. Nesse processo, de um lado estava o entrevistador e de outro lado à entrevistada, participando ambos ativos na conversa.

Embora as entrevistas tenham sido conduzidas com auxílio de um questionário semiestruturado, elas foram realizadas a partir do procedimento da história oral das interlocutoras, buscando compreender suas trajetórias a partir de uma sequência histórica, que pode ser compreendida enquanto: “introduzir a recuperação da memória individual, para que sirva como documento para a reconstrução de uma época, um episódio ou acontecimentos significativos.” (MELLO, 2005, p. 65). Considerando-se que:

A memória, sabemos, é um campo de lutas, de disputa simbólica. Não é um *locus* pacífico. Reinventamos nossas histórias cada vez que as contamos. Não se trata, portanto, de algo morto que já passou, coisa velha e embolorada. (MELLO, 2005, p. 65).

Durante as entrevistas, o que percebi foram falas muito ricas, demonstrando que nenhuma interlocutora é igual à outra, podendo existir características semelhantes na organização familiar ou nas rotinas de trabalho, porém cada uma com suas peculiaridades e histórias de vida diferentes a serem compreendidas.

A tabela abaixo mostra um breve perfil das entrevistadas, sendo que os nomes foram substituídos por outros de forma aleatória para não revelar a identidade das entrevistas. Os nomes com inicial **C** representam as entrevistadas inseridas no modelo de trabalho coletivo e os nomes com inicial **I** representam as entrevistadas do modelo de trabalho individual:

Tabela 1 - Perfil das entrevistadas

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS	MODELO DE TRABALHO
Carla	45 anos	Casada	2	Coletivo
Conceição	37 anos	Casada	3	Coletivo
Cecília	40 anos	Casada	2	Coletivo
Inês	45 anos	Casada	2	Individual
Iolanda	41 anos	Casada	0	Individual
Isabel	44 anos	Casada	2	Individual
Ivana	54 anos	Casada	2	Individual
Iara	57 anos	Casada	4	Individual

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Yin (2001, p. 137), “o método de análise dos dados consiste em examinar, categorizar ou, do contrário, recombina as evidências qualitativas e quantitativas para tratar as proposições iniciais do estudo”. Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, o objetivo não foi a busca pela representatividade numérica, mas sim o aprofundamento a partir da compreensão das relações sociais. Dessa forma, após as entrevistas realizei a transcrição das mesmas, posteriormente, a sistematização e a análise de conteúdo, permitindo operacionalizar e agrupar os dados levantados através da categorização e do cruzamento.

Esta dissertação foi organizada em cinco capítulos, além desta introdução, que é o capítulo um. No segundo capítulo será abordada a conceituação de gênero, sua construção histórica dentro do movimento feminista e o que sua abordagem possibilita na combinação com o conceito de poder. No terceiro capítulo foi

organizada uma revisão bibliográfica acerca da situação da mulher rural no Brasil e as contribuições sobre as relações de gênero articuladas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por fim, foi apresentada a conquista de direitos das mulheres rurais no Brasil.

O objetivo, no quarto capítulo, foi caracterizar o Assentamento Conquista da Liberdade, área de estudo da pesquisa. Para isto, é apresentado o processo de conquista da terra e a chegada das famílias no Assentamento, o perfil das famílias, a organização social da área e a infraestrutura, a vida em comunidade e, por fim, a organização do trabalho.

Depois de apresentar o Assentamento Conquista da Liberdade, por meio de informações obtidas através de documentos diversos, entrevistas estruturadas, diálogos informais e observações, interessa, no quinto capítulo, focalizar as construções sociais de gênero a partir da percepção das mulheres sobre o trabalho, além de apresentar elementos sobre a condição feminina.

Por fim, é apresentada a conclusão da pesquisa, intitulada “para não concluir”, e a dissertação se encerra com as referências bibliográficas.

2 GÊNERO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE

Para a compreensão das relações de gênero, esse capítulo tem o objetivo de explicar o significado do termo gênero, sua construção histórica dentro do movimento feminista e o que diversas abordagens representam para, posteriormente, utilizá-lo no decorrer do estudo como uma categoria de análise. Além disso, se dará destaque para a conceituação de poder.

2.1 COMPREENDENDO GÊNERO

Para a historiadora Joan Scott (1995, p. 72), “através dos séculos as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais”. Vindo ao encontro da reflexão de Scott, a educadora Guacira Lopes Louro (2014) mostra que o termo gênero possui muitas conotações, podendo ter diversos significados, sendo que um de seus conceitos está ligado à história do movimento feminista², estando implicado politicamente em suas lutas. Neste sentido, Scott complementa:

Na sua utilização mais recente, o termo gênero parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1995, P. 72).

Para Cruz (2013, p. 22) estudar as relações de gênero permitem analisar as características que são constantemente utilizadas no aspecto político, social, econômico e cultural da sociedade, pois. “a categoria gênero é um importante instrumento que permite observar e analisar os papéis sociais que homens e mulheres desempenham”.

Louro (2014) mostra que é na virada do século XIX para o XX que as manifestações contra a desigualdade das mulheres ganharam uma dimensão e uma expressividade maior no mundo, na chamada “primeira onda” do feminismo, ou

² Ações isoladas ou coletivas, dirigidas contra a opressão das mulheres, podem ser observadas em muitos e diversos momentos da história e, mais recentemente, algumas publicações, vêm se preocupando em reconhecer essas ações. No entanto, quando se refere no feminismo como movimento social organizado, seu surgimento é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX (LOURO, 2014, p. 18).

ainda, Sufragismo, ações que tiveram o objetivo de lutar pelo direito do voto às mulheres. Louro (2014, p. 19) aponta que foi só na “[...] ‘segunda onda’ (aquela que se inicia no final da década de 1960) que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas”. Neste sentido, este período marca o início da caracterização e da conceituação de gênero³.

Foi em um “contexto de efervescência social e política”, segundo Louro (2014, p. 20), que os movimentos organizados de mulheres reiniciam suas lutas, na chamada terceira onda do feminismo, que buscaram atuar não apenas em protestos e marchas, mas na construção de livros e revistas. Neste período pesquisadoras norte-americanas passaram a utilizar o termo gênero com oposto de sexo, fazendo do conceito uma “ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política” (LOURO, 2014, p. 25).

Neste contexto, Simone de Beauvoir (1980, p. 9-10) sustentou muitos discursos feministas após abordar em seu clássico livro “O Segundo Sexo⁴” o caráter social das diferenças entre homens e mulheres. Para a autora, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Além disso, a autora evidenciou que “[...] é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]”. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro”.

Sob a luz dessas primeiras definições de gênero, construídas a partir do ponto de vista social e cultural, a mulher não nasce mulher e o homem não nasce homem. Fazemo-nos homens e mulheres a partir de referências com relação aos papéis socialmente construídos, de acordo com costumes, crenças, cultura e também num determinado tempo histórico (CRUZ, 2013). Neste sentido, Todelo (2003, p. 33) conclui que homens e mulheres desempenham papéis predefinidos, afirmando que:

As descobertas antropológicas permitem afirmar que a mulher não nasceu oprimida, mas passou a sê-lo devido a inúmeros fatores, dentre os quais os decisivos foram as relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral.

³ A partir de agora, será adotado o termo “gênero” para nortear as discussões, estando consciente dos conflitos e das tensões nas diversas correntes de pensamento.

⁴ É a partir do ano de 1968, com a publicação de “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, que o feminismo ganhará visibilidade política.

Conforme Louro (2014), a concepção do caráter social não tinha, em suas primeiras publicações e formulações, o objetivo de negar que gênero se dá através de corpos sexuais, visto que a própria Simone de Beauvoir não utilizou a terminologia gênero. Os primeiros estudos não negaram a biologia, mas se destacaram por evidenciar a construção social e histórica produzida sobre características biológicas.

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas [...], mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 2014. p. 26).

O gênero como categoria analítica ganhou força no final do século XX, estando ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX, como aponta Scott (1995). Nesse contexto, a mesma autora aponta que, “[...] de fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a posição entre masculino e feminino, outras reconheceram uma ‘questão feminina’” (1995, p. 85). É oportuno salientar que, anteriormente a este período histórico, gênero como uma maneira de retratar sistemas de relações sociais não foi debatido nas Ciências Humanas.

Na visão de Scavone (2008), os estudos sobre as relações de gênero surgiram da relação entre teoria e movimento social, sendo consequência das mudanças dos estudos e do pensamento das décadas de 1960 e 1970. De acordo com a referida autora, estes estudos possibilitaram rupturas epistemológicas ao promover a desconstrução de dicotomias, tais como a de indivíduo x sociedade e a de sujeito x objeto.

Com o passar dos anos é notória os avanços da temática de gênero nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo que os estudos têm utilizado uma variedade de abordagens em sua análise, podendo ser resumidas, a partir do ponto de vista de Scott (1995, p. 86), em três posições teóricas. “A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, que tenta analisar as origens do patriarcado”. De acordo com a autora, a segunda posição teórica tem origem no marxismo, já a terceira posição é inspirada no pós-estruturalismo e “[...] tenta explicar a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito”.

Uma forma diferente de classificar as correntes teóricas feministas é apresentada por Magrini (2015 apud Harding 1996), que destaca três grandes momentos:

A primeira corrente, o empirismo feminista, sustenta que o sexismo e o androcentrismo constituem um enviesamento social corrigível mediante a adesão correta de normas metodológicas da investigação científica tradicional. Essa proposta parte da ideia de que o feminismo pode reformar o “fazer” da ciência moderna, não a ciência em si. A segunda corrente, o ponto de vista feminista, parte do pressuposto de que a posição dominante do homem na vida social se configurou num modelo de conhecimento parcial e perverso, ao passo que a posição subjugada das mulheres abriu a possibilidade de se ampliar esse conhecimento, tornando-o mais completo e menos perverso. Assim, os movimentos feministas contribuíram na luta política e na motivação de investigações que poderiam transformar a perspectiva das mulheres em um “ponto de vista”, um fundamento científico interpretativo da vida social. A terceira corrente questiona diretamente a modernidade, além da própria ciência moderna, o progresso, o sujeito universal e a linguagem. O pós-modernismo feminista parte do pressuposto que as identidades são plurais e que as reivindicações feministas são mais aceitáveis quando baseadas numa solidariedade entre essas identidades culturais fragmentadas, afinal, cada forma de dominação utiliza-se de outras como recurso, se apoiando mutuamente uma na outra. (MAGRINI, 2015, p. 48, 49)

De acordo com Louro (2014), uma grande parte das pesquisas nesta temática trouxe articulações com as teorias de origem pós-estruturalista. Neste sentido, a autora aponta:

Expressando-se de formas diversas, por vezes aparentemente independentes, feministas e pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade; apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão do social abraçadas pelas esquerdas; problematizam os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência; questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social (LOURO, 2014. p. 33)

Uma das pesquisadoras mais destacadas desta área de estudo é a americana Joan Scott, historiadora influenciada por Michel Foucault. Em seu artigo clássico, *“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”*, publicado no Brasil em 1995, a autora apresentou um dos primeiros estudos que aborda a dualidade sexo e gênero. Para Pedro (2011, p. 272) “teria acontecido nos anos 1990 a grande divulgação da categoria “gênero”. O trabalho da historiadora Joan Scott representa um marco nessa discussão”.

A autora compreende gênero como um saber sobre as diferenças sexuais, mostrando que ocorrendo uma ligação entre o saber e o poder, gênero estaria

conexo com as relações de poder⁵, sendo uma forma importante de dar significado a estas relações. A referida autora concluiu que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, em que são hierarquizadas essas diferenças dentro de uma maneira de pensar (SCOTT, 1995).

Scott (1995, p.75) chama a atenção para as questões descritivas do gênero, mostrando, primeiramente, que o termo gênero, “em suas primeiras utilizações queria destacar o caráter essencialmente social das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico”. Posteriormente, mostra que o termo gênero passou a ser usado como sinônimo de mulheres, sendo que em livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres foi substituído nos seus títulos o termo mulheres por gênero, buscando obter “legitimidade acadêmica”.

Nessa utilização, gênero como sinônimo de mulheres, não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada. Enquanto a utilização do termo “mulheres” enaltece sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos válidos, o termo “gênero” inclui mulheres, mas não as nomeia, não constituindo uma ameaça (SCOTT, 1995, p. 75).

Gênero é, segundo o entendimento de Joan Scott (1995, p. 75), “uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado”. Com o passar dos anos e com o avanço dos estudos nesta temática, “gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”. Além disso, os avanços teóricos evidenciaram que a aplicação de “gênero” compreende relações que podem abranger o sexo, mas que não determinam a sexualidade.

Essa abordagem, segundo Scott (1995, 76), enfatiza o fato de que “mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens”. Assim, ela descreve:

O termo gênero, além de um substituto para o termo mulheres, é também usado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.

Scott (1995, p. 75) mostra que em outra definição o termo gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, sendo que seu uso exclui interpretações biológicas, “como aquelas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a

⁵ Destaca-se a influência de Michel Foucault nesta definição de gênero. A sua “História da Sexualidade”, sem dúvida, é uma das referências pioneiras nos estudos sobre gênero.

capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior”. Nesse entendimento, a utilização de gênero proporciona uma forma de indicar construções culturais sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Para a autora, essa interpretação é uma forma de se referir às origens das identidades sociais de homens e mulheres.

Sobretudo, os estudos mostraram que as identidades de gênero também estão constantemente se construindo. Neste sentido, Louro (2014) enfatiza que os sujeitos vão se construindo e fazendo como masculino e feminino com base nas suas relações sociais, que são estabelecidas por diferentes representações e práticas sociais, em que os sujeitos constroem suas formas de estar no mundo. Nas palavras da autora (2014, p. 32):

[...] essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe.

Roy (1999), apoiada pelos estudos de Joan Scott apresenta o seguinte conceito de gênero:

[...] gênero, questões de gênero, ou ainda relações de gênero referem-se à relação homem/mulher, considerando principalmente as dimensões social, cultural e simbólica (construída historicamente) que permeiam essa relação, transcendendo assim os determinismos biológicos.

Jurkewicz (2000, p. 9) aponta para a mesma direção, ao se referir à categoria gênero, onde aborda que gênero não pode ser utilizado como sinônimo de mulheres, pois diferente do sexo, que é biológico, o gênero é construído historicamente, culturalmente e socialmente. A autora acrescenta: “Não estamos negando as diferenças biológicas entre dois sexos, mas tratando de entender que as diferenças sociais entre os sexos estão construídas e são elaboradas socialmente”.

Para Louro (2014) a contribuição de Joan Scott é mostrar que não se pode compreender o corpo separado da cultura, pois é necessário analisar os variados elementos da vida humana que historicamente são relacionados com a ação da natureza e biológica e retirados da ação humana, como a infância, a família e a sexualidade. Scott tentou dar um sentido oposto a estas associações, desconstruindo percepções relacionadas à ação biológica.

Nesse contexto, Scott (1995, p. 83) resgata as ideias de Michel Foucault:

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.

Entendendo que gênero é um saber e, evidenciando que saber e poder nunca estão separados, gênero tem um sentido político. Nesse ponto, Scott (1995) faz sua definição de gênero, a partir de duas partes, contendo diversos subconjuntos. Sua definição parte da conexão das duas proposições centrais, em que:

[...] (1) o gênero é um elemento constituído de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas pelos sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86)

Em sua primeira proposição, “gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas”, a autora apresenta alguns elementos que se inter-relacionam, apresentando como primeiro elemento os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas” (SCOTT, 1995, p. 86). Gênero não é um mero resultado dos corpos, mas uma concepção sobre as diferenças sexuais, pois para a autora essas diferenças estão hierarquizadas dentro de uma maneira de pensar sobre os corpos.

Joan Scott apresenta gênero sendo constituído de “conceitos normatizadores que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas”. Nesse sentido, esses conceitos estão presentes na religião, educação, política ou ciência jurídica e que operam de forma binária, definindo os significados de homem e de mulher, de masculino e de feminino (SCOTT, 1995, p. 86).

Nesta primeira proposição sobre gênero, Scott (1995, p. 87) explica que gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente, ele “é construído igualmente na economia e na organização política, que pelo menos em nossa sociedade, operam de modo independente do parentesco”. Por fim, mostra gênero como aspecto de identidade subjetiva. Vindo neste encontro, Louro (2014 apud Hall 1992) afirma que o gênero institui a identidade do sujeito, sendo um elemento que transcende o mero desempenho de papéis, devendo ser compreendido como parte do sujeito, ou seja, constituindo-o o sujeito.

A ideia central de sua abordagem de gênero é desenvolvida em sua segunda proposição, “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, em que evidencia que gênero não é o único campo, porém uma forma persistente e

recorrente de possibilitar a significação do poder (SCOTT, 1995. p. 87). De acordo com Louro (2014), nesta definição de Scott é possível verificar a clara tentativa de estudar os gêneros como campos de disputas de poder, o que implica ao termo um grande peso político.

Após apresentar sua teorização sobre gênero, a autora expressa:

Meu propósito foi clarificar e especificar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, porque essa reflexão nem sempre tem sido feita de maneira sistemática e precisa (SCOTT, 1995, 88).

Um elemento importante na argumentação de Joan Scott, segundo Louro (2014), é a ideia de que é necessário desconstruir o caráter contínuo de oposição entre masculino-feminino. Em outras palavras a autora comenta que:

Joan Scott observa que é constante nas análises e na compreensão das sociedades em pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Para ela seria indispensável implodir essa lógica (LOURO, 2014, p. 35)

Vindo ao encontro desta reflexão, Lauretis (1994, p. 209) afirma que “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução”, pois ao compreender que o gênero é originário de uma construção histórica, entendemos que as relações sociais entre homens e mulheres estão em constantes transformações.

Outros estudos também apresentaram conceituações para gênero, aqui não interessa exibir tais estudos em profundidade, mas apresentar aqueles que possuem relações conceituais com a abordagem de Joan Scott.

Para Scavone (2008, p. 180), a atropóloga inglesa Gayle Rubin, em um de seus textos, *“The traffic in women: notes on the political economy of sex”*, expõe teoricamente e historicamente a subordinação imposta às mulheres. A autora comenta, “em decorrência desse debate, Rubin reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que denomina de sistemas de sexo/gênero.”

Uma das mais destacadas desta área de estudo é Judith Butler, que buscou apontar o caráter relacional de gênero em sua obra mais conhecida, *“Problemas de Gênero”*. De acordo com Pelegrini (2015, p. 03), “sua definição é mais radical que a de Joan Scott, pois não se trata de aplicar o gênero à disciplina histórica em geral, mas de incluir a história do gênero na política da identidade atual”.

O gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente e consciente dos diferentes contextos históricos [...] gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivas constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção gênero das demais intersecções políticas e culturais em que ela invariavelmente ela é produzida e mantida (PELEGRIINI 2015, p. 03 apud BUTLER, 1999, p. 20).

Embora não possua um conceito específico sobre gênero, outro autor bastante utilizado nos estudos das relações de gênero é o sociólogo Pierre Bourdieu, que privilegiou a construção social do sexo, destacando que as especificidades culturais e históricas de gênero definem normas, naturalizando sua dominação. Para o autor, é a partir da dominação masculina que se constitui a violência simbólica, que é um mecanismo opressor.

Bourdieu (2014) analisou a estrutura de dominação masculina se estabelece e se naturaliza, podendo ser compreendida como um processo histórico passível de mudanças. Nesta lógica, o autor reconhece a construção cultural da diversidade de homens e mulheres e considera a dominação masculina como um produto cultural simbólico.

De acordo com Scott (1995, p. 88), Bourdieu mostrou que a divisão do mundo está baseada em referências às:

[...] “diferenças biológicas, e notadamente, àqueles que se referem à divisão do trabalho de procriação e de reprodução”, operam como “a mais fundada das ilusões coletivas”. Estabelecidos como um conjunto de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder [...], o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder.

Nota-se que os estudos das relações de gênero, apesar de diferenças conceituais, se relacionam quando apontam preocupações com as relações de poder em seus conceitos. Uma leitura indispensável para as novas discussões sobre as relações de gênero é a de Michel Foucault, em que proporcionou contribuições importantes para a compreensão das relações de poder, tornando o poder um elemento significativo para os estudos de gênero.

Foucault desorganiza as concepções convencionais – que usualmente remetem à centralidade e à posse do poder – e propõe que observamos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, capilarmente, se constitui por toda a sociedade (LOURO, 2014, p. 42).

Nesse sentido, Michel Foucault se atenta com as implicações do poder, compreendendo que seriam importantes que se olhassem tais efeitos como estando atrelados “a disposição, a manobras, a táticas, a técnicas de funcionamentos” (FOUCAULT, 1987, p. 29). Para Louro (2014), quando pensamos em relações de gênero não se pode pensar que um polo possui poder e outro não, sendo fundamental refletir que o poder é desempenhado pelos sujeitos e que possui suas implicações sobre seus atos cotidianamente.

“Um rede de relações sempre tensas, sempre em atividade”, é como Foucault (1987, p. 29) aconselhou estudar o poder, evidenciando que se analise o poder “mais como modelo de batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio”.

Para os estudos das relações de gênero tais apontamentos se tornam imprescindíveis, pois homens e mulheres, por meio de suas várias relações sociais, estão envolvidos em constantes negociações, alianças e disputas. Neste entendimento, é necessário compreender que ao estudar gênero se estude sobre as relações de poder, pois estas abrangem todos os sujeitos.

Neste contexto, Louro (2014, p.45) comenta que:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e estar no mundo, formas de falar e de agir e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder.

Foucault chama a atenção para os discursos que produzem poder, provocando diversas implicações nas relações de gênero. Nas palavras do autor (1988, p. 96):

[...] não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mima, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.

Torres (2001), estudando Foucault, aponta que, o poder aparece como uma forma de saber, estando em um exercício constante na vida social dos sujeitos,

sendo que o saber e poder não estão afastados. Neste sentido, Foucault (1987, p. 28) afirma que “não há relação de poder sem constituição correlativa de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Na visão de Araujo (2008, p. 87):

[...] o poder não é exclusivamente repressor, havendo inúmeras relações de poder que se tramam lateralmente e de baixo para cima, localizadas nos saberes acerca do indivíduo, seu corpo, seu comportamento.

Para Torres (2001), Foucault analisou o poder nas mais diversas formas de sociedade, tendo percebido que o poder é exercido cotidianamente, sendo enraizado na cultura ou em uma atividade do dia-a-dia que os indivíduos desenvolvem. Neste sentido, é oportuno compreender que os poderes são exercidos entre homens e mulheres em toda a vida humana, criando relações pessoais, interpessoais, coletivas e hierárquicas.

No próximo capítulo veremos como as relações sociais entre homens e mulheres são percebidas nas sociedades rurais.

3 UM OLHAR SOBRE A MULHER RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO MST

Neste capítulo foi organizada uma revisão bibliográfica acerca da situação da mulher rural, para isso ele foi dividido em três partes. Na primeira, é feito um debate sobre a agricultura familiar camponesa, enfatizando as relações de gênero. Posteriormente, apresentam-se as contribuições sobre as relações de gênero articuladas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por fim, é feito um panorama da situação da mulher rural no Brasil e a conquista de seus direitos.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

O final do século XX, como aponta Saburin (2009), foi caracterizado pela volta da palavra “camponês⁶” nos movimentos de agricultores familiares no Brasil. De acordo com o autor, a palavra tinha sido esquecida, tanto pela universidade quanto pelos movimentos sociais, pois acreditavam na extinção dos camponeses e no desenvolvimento da agricultura familiar moderna e integrada ao mercado.

Esta revalorização dos conceitos de “camponês” e “campesinato” é fruto do trabalho dos movimentos sociais do campo, que ao criticarem a modernização conservadora da agricultura vislumbram outro modelo de agricultura (WANDERLEY, 2014). Neste sentido, Almeida (1999, p. 33)

As novas proposições e ações coletivas por uma agricultura diferente se apoiam fortemente nas críticas das noções de modernidade e de modernização, esboçando os contornos de uma outra modernização, que repousa nas noções e significações de “coletivo” e de “comunidade/local”.

Para Moura (1988), o camponês foi historicamente caracterizado como um grupo social explorado, estando sempre relacionado à dependência aos grandes proprietários de terra e ao poder e ação do Estado. Neste sentido, o uso do conceito camponês é bastante complexo, pois apresenta uma grande carga histórica, social e cultural.

De acordo com Wanderley (2014, p. 30):

No Brasil, a referência ao campesinato assume dupla conotação. Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais

⁶ Camponês, que etimologicamente origina de campo (*campus*, no latim), é compreendida como uma condição subalterna, o pobre, o fraco, ou seja, o antônimo de grandes proprietários de terras.

tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispendo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social. Neste sentido, ele se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados. Por outro lado, a palavra "camponês" carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como "subversivo" pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais "neutra" levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como "pequenos produtores", "agricultores de subsistência", "produtores de baixa renda" que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo.

Embora, o entendimento e os estudos sobre o campesinato tenham resurgido nos últimos anos no Brasil, como salienta Saburin (2009), é importante salientar que sua compreensão ainda continua sendo, de acordo com Wanderley (2014, p. 30), "objeto de um amplo debate e de acirradas disputas políticas, que envolve, entre outros, pesquisadores acadêmicos, formuladores de política e os distintos movimentos sociais". Para a referida autora, o que está em jogo não é apenas o entendimento do que é identificado como campesinato no Brasil, mas os significados⁷ atribuídos às categorias "campesinato", "agricultura familiar" e "agronegócio".

De acordo com Wanderley (2014, p. 30):

Nos anos 1990, a categoria "agricultura familiar" foi adotada pelo próprio Estado, ao formular um vasto programa de apoio aos agricultores (Pronaf), cuja atividade estivesse organizada pela e para a família. [...] Com isso, diluía-se o conteúdo histórico-político que a palavra "camponês" inspirava, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valorização positiva de suas particularidades. Atualmente, ela é consagrada, não só pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais, seus beneficiários.

A respeito dos modos de produzir no meio rural é imprescindível reconhecer que a abundante diversidade brasileira possibilita a existência um vasto campo de agricultores que exercem distintas formas de viver e trabalhar no mundo rural, tornando cada vez mais difícil sua classificação e conceituação. Esta grande diversidade implica em múltiplas identidades, possuindo distintas formas de se relacionar com a cidade, com o mercado e com o Estado (WANDERLEY, 2014). Neste sentido, a autora apresenta a seguinte reflexão:

[...] situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se

⁷ É a partir destas reflexões e constatações que foi tomada a decisão de assumir a denominação nesta dissertação do termo "agricultura familiar camponesa".

relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (WANDERLEY, 2014, p. 31).

Fernandes *et al.* (2009, p. 9,10) aponta que:

Vários autores, retratando a coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas, já destacaram que o reconhecimento dessa denominação, atribuída para efeitos de investimentos políticos ou para reconhecimento de características comuns, só pode ser compreendido como conceito, cujos significados definem princípios gerais abstratos, motivo pelo qual podem iluminar a compreensão de tantos casos particulares. Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por essa distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa).

Mostrada a importância e o peso histórico que a agricultura familiar camponesa representa, tanto para a academia como para os movimentos sociais, é necessário expor a caracterização do que diversos autores definem por agricultura familiar camponesa ou campesinato. Neste sentido, o campesinato é definido por Cardoso (1987, p. 56) a partir de quatro critérios, descritos abaixo:

a) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; c) Auto-subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

A identificação sobre campesinato é compreendido como aquela em que a família ao mesmo tempo executa o trabalho na unidade produtiva e possui o domínio dos meios de produção, produzindo tanto para sua autossuficiência como para o mercado. Abramovay (1999) evidencia que o campesinato não possui a maximização do lucro como um objetivo central, o autor mostra que para esse grupo social o que está em disputa é a manutenção da unidade familiar, pois a renda da família se origina e depende de um conjunto de forças econômicas e de trabalho única.

Na visão de Wanderley (2011, 1998), a agricultura familiar camponesa caracteriza-se por associar família, trabalho e produção. Vindo ao encontro, a autora afirma que a gestão da propriedade e o trabalho na unidade familiar são predicados fundamentais desta categoria social, sendo que neste sistema a organização e a realização do trabalho são exercidas por pessoas que pertencem à própria unidade familiar.

De acordo com Ploeg (2008), o modelo de agricultura organizada a partir de núcleos familiares, busca certa autonomia em relação ao mercado e se caracteriza por buscar sua independência enquanto grupo social. Para Bernardi (2011, p. 53), esta forma de fazer agricultura a partir do núcleo familiar, “acaba organizando também as relações [...] de sobrevivência e reprodução do grupo familiar, mesmo que em muitos casos de maneira simbólica”.

Em estudos sobre o campesinato brasileiro E. Woortmann e K. Woortmann (1997) compreendem que o modo de vida dos camponês é a consequência de seu saber-fazer, que é transmitido através de valores entre as gerações de uma mesma família. Os autores apontam que estes valores não são inalteráveis, ou seja, estão sempre em constante processo de atualização, em que denominam de campesinidade, em que estes valores são entendidos como uma ordem moral que norteia uma ética camponesa. Bernardi (2011) mostra que para os autores, a manutenção deste grupo social está relacionada a valores morais e éticos e à subjetividade, todos centrados na família.

Além disso, esta ordem moral está situada na relação de dependência entre família, terra e trabalho, fazendo evidenciar que “nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p. 23). Maia (2004) expõe que nos estudos sobre campesinato de E. Woortmann e K. Woortmann, a família é vista como mantenedora de um sistema de relações sociais, em que se reproduz por elementos baseados em uma hierarquia, fazendo distinções de gênero e definindo a forma de trabalho de cada membro da família.

De acordo com Presvelou *et al.* (1996, p. 9) a contribuição da família é um fator indispensável para a análise das sociedades rurais, pois as famílias “resistem, têm preferências e desenvolvem na prática estratégica de sobrevivência”. Nesse sentido, “a contribuição da família é, portanto, necessária quando se lida com questões agrícolas e alimentares”. Para o autor, quando se verifica o papel da

família na autossuficiência alimentar, a participação da mulher adquire importância. Neste contexto, a mulher assume papel fundamental na análise sobre o desenvolvimento rural, pois ela protagoniza diversas tarefas no interior da família.

3.1.1 As relações de gênero na agricultura familiar camponesa

De acordo com Oliveira e Almeida (2010, p. 255):

A história mostra que a condição da mulher foi estruturada de forma particular no tempo e no espaço, em cada civilização, assumindo traços e peculiaridades segundo valores, cultura, religião e tradição de cada época. Isso é o que se chama de cultura de gênero, que na tradição das sociedades ocidentais designa às mulheres o limite do espaço privado, no qual não se criam direitos políticos nem cidadania; e cabe ao homem o domínio dos espaços públicos – espaços da produção. No Brasil, ainda, há uma ideia de que a mulher é um apêndice do homem, e, concretamente, em vários casos – especialmente na área rural – ela não possui nenhum documento, como por exemplo, certidão de nascimento, carteiras de identidade e profissional, que a torne oficialmente uma cidadã. [...] Com a modernidade, porém, novos horizontes vêm sendo descortinados pelas mulheres que, aos poucos, estão ocupando os espaços públicos, principalmente, ao aumentarem sua participação no mercado de trabalho e a sua capacidade de mobilização em busca do direito à cidadania.

Em todas as partes do mundo, a economia de subsistência está nas mãos das mulheres, como afirma Presvelou *et al.* (1996, p.10). As mulheres possuem a responsabilidade e a participação em quase todas as etapas do trabalho rural, “[...] a fase da produção, a fase da pós-colheita, a fase da comercialização dos alimentos e a fase da preparação dos alimentos”. Para o referido autor, em todas as etapas relacionadas a um grande esforço físico, disposição de tempo e resistência às condições climáticas por parte das mulheres.

Em estudos sobre as relações de gênero na agricultura familiar, Brumer (2013) aponta que, embora a participação das mulheres varie nas diferentes sociedades pelo mundo no que se refere à participação no trabalho, existem algumas semelhanças no que diz respeito à sua participação nas atividades de reprodução, tanto no trabalho doméstico como também naquelas relacionadas ao ciclo geracional, tais como a educação dos filhos e filhas.

Neste contexto, Sales (2007, p. 437) comenta a presença feminina na produção agrícola familiar:

Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, no roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

Para Maia (2001, p. 76), quando os diagnósticos das relações de gênero se deslocam para o espaço rural, “[...] a situação verificada das mulheres na esfera produtiva torna-se ainda mais desigual, pois a divisão sexual do trabalho conduz a mulher a uma jornada de trabalho bem mais intensa, cansativa e invisível”. Neste sentido, o trabalho das mulheres muitas vezes torna-se um trabalho invisível, produzindo profundas desigualdades entre homens e mulheres. Para a autora, além de se dedicarem às atividades domésticas, as mulheres possuem uma grande responsabilidade nas atividades agrícolas, mas, mesmo assim, o trabalho feminino ocupa uma posição subordinada, dificultando a valorização de seu trabalho.

De acordo com Brumer (2004) no meio rural a naturalização dos papéis para homem e para mulher é constantemente presente. Nesse sentido, a autora destaca:

Ocorre que as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que supostamente as mulheres (adultas e jovens) possuem (por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização) ou que sua situação de trabalhadoras eventuais propicia (devido à manutenção de suas obrigações na esfera produtiva (BRUMER, 2004, p. 2012).

Em estudo realizado em Cruzeiro do Sul (RS), Brumer e Freire (1984, p. 318) analisam que:

[...] na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente à exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavras, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso do maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas a casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores, a ordenha das vacas e o cuidado com a horta, o pomar e o jardim.

Neste sentido, fica clara a noção de naturalização dos papéis sociais para homem e para mulher no meio rural, em que as relações são mantidas na ideia de que a mulher é destinada à esfera doméstica. Filipak (2012, p. 8 apud Melo 2003) comenta que:

Um aspecto fundamental da desigualdade entre homens e mulheres ocorre pelas responsabilidades das mulheres tanto na esfera doméstica quanto no trabalho produtivo (atividades agropecuárias) e reprodutivo, a quais marcam a sua contribuição, embora nem sempre reconhecida e nem remunerada na agricultura familiar. Essa invisibilidade e não remuneração do trabalho das mulheres na esfera da produção é decorrente das relações desiguais de gênero, evidenciadas na divisão sexual do trabalho.

Paulilo (1987), em análise sobre o trabalho familiar da agricultura familiar, chama a atenção para as concepções sobre trabalho “leve” e trabalho “pesado”, mostrando que o entendimento sobre o trabalho ser leve ou ser pesado depende de quem o realiza. De acordo com Wedig e Menasche (2013, p. 150), o estudo de Paulilo, mostra que “as diferentes atividades são valoradas a partir da classificação hierárquica dos membros da família que as executam”.

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas tem remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas (PAULILO, 1987, p. 67).

Heredia (2006, p. 4) chama a atenção para os estudos que assinalaram as desigualdades de gênero no meio rural, em que identificaram que o chamado “trabalho invisível” é uma das causas que favorece este cenário de desigualdade, visto que “[...] esse trabalho invisível é em geral identificado com as tarefas do lar, enquanto as atividades realizadas pelos homens se restringem ao trabalho fora da casa”.

Para Esmeraldo (2008), a opressão e a situação de desigualdade da mulher rural se dão através de duas esferas, primeiro, no interior da unidade familiar, em que a mulher é restrita ao mundo privado; e o segundo aspecto, em que retrata o mundo político, público e produtivo, onde se inviabilizam as atividades e ações produtivas e políticas da mulher. Além disso, a autora chama a atenção para o fato de que:

Enquanto aos rapazes são destinadas as tarefas de gestão da propriedade, recebendo a transmissão dos saberes agrícolas e administrativos necessários ao processo sucessório, as moças são requisitadas para as atividades ditas produtivas apenas quando estas necessitam do pleno emprego da mão-de-obra familiar (colheita, plantio) (ESMERALDO, 2008, p. 2).

Schwendler (2009) colabora com o debate expondo que a divisão sexual dos papéis sociais, na realidade da agricultura familiar camponesa, não se configura apenas com o trabalho, mas em todo o universo da vida dos agricultores e agricultoras, sendo representadas em diversos espaços sociais, como o de lazer, da religião, da escola, das lutas sociais.

Scheffler (2008, p. 7), em pesquisa sobre gênero e gerações na agricultura familiar apresentou que o fato dos “trabalhos realizados pelas mulheres rurais e identificados como ‘ajuda’, [...] é estratégico no sistema de atividades e, portanto, desmente seu caráter ‘complementar’”, definição que cria uma hierarquização das posições sociais entre as pessoas da unidade familiar.

Para Cordeiro (2012, p. 138), “o espaço socialmente atribuído às mulheres na área rural está circunscrito a casa, ao grupo familiar e à comunidade a que pertencem”, cabendo aos homens “usufruir” a liberdade de participar de outros espaços e lugares. Esta leitura sobre as atribuições de homens e mulheres em comunidades rurais mostra que “cabe aos homens a gestão da unidade familiar, a aquisição de equipamentos para o trabalho, a comercialização dos produtos e o comércio de terras”. Porém, para a mesma autora:

Essa análise se transformou quase num modelo ideal para pensar as relações de gênero na área rural e particularmente na agricultura familiar. Entretanto, ela deixa de fora os conflitos, as tensões, as fissuras, e como homens e mulheres negociam e barganham novas posições e lugares (CORDEIRO, 2012, p. 139).

Segundo Cordeiro (2012), uma das alternativas que pode contribuir com a reprodução das relações de gênero no meio rural é a participação das mulheres em movimentos sociais, pois:

As ativistas ampliam as redes de relações para além dos sítios e comunidades e desenvolvem novos interesses e compromissos fora da família; deslocam-se de suas casas para participar de eventos promovidos pelos movimentos, ficam dias fora de casa e muitas vezes viajam para fora do município e do estado. Reorganizam o tempo e as suas atividades agrícolas e domésticas. Essas inflexões provocam tensões e conflitos nas famílias e não passam despercebidas dos(as) parentes, vizinhos(as) e comunidade (CORDEIRO, 2012, p. 139).

Scott e Cordeiro (2013), em levantamento quantitativo sobre as desigualdades de gênero no espaço rural brasileiro, sugerem que não se façam generalizações sobre a situação das mulheres residentes neste espaço, pois em cada lugar as mulheres lidam com as condições de produção e reprodução de

formas variadas, impactando na articulação da sua vida com os homens que aí vivem.

Para Filipak (2012, p. 4), “nas pesquisas das relações sócias do meio rural, gênero descreve uma forma de analisar os papéis sociais femininos e masculinos, compreendendo as desigualdades e as assimetrias de poder”. Porém, aponta que é oportuno expandir a abordagem sobre gênero para que este não esteja apenas relacionado aos papéis desenvolvidos por homens e mulheres, pois se faz preciso uma abordagem que apresente a realidade da mulher na sociedade, em específico no mundo rural. Nesse sentido, o autor comenta:

Estudos sobre gênero, cultura e mundo rural nos apontam para a necessidade de tornar a participação da mulher notória em todas as esferas, seja nas atividades domésticas, seja nas públicas e produtivas, vencendo uma marcante invisibilidade.

De acordo com Scheffler (2008, p. 3), as pesquisas sobre gênero aplicadas ao meio rural têm contribuído para evidenciar e denunciar, entre outros aspectos, a subordinação e invisibilidade do trabalho feminino nas atividades reprodutivas e produtivas. De acordo com a autora, “*o paradigma dominante na economia*” fortalece essas desigualdades duplamente, pois “ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino e ignora a divisão sexual do trabalho”.

Contribuindo, Esmeraldo (2008, p. 1) salienta:

A identidade da mulher rural tem se ancorado, historicamente, no casamento, na maternidade, na família, no trabalho doméstico e na Igreja. Através da realização de atividades próprias e relacionadas a esses campos, é construída uma identidade para a mulher que vai dar sentido à sua vida e a ela atribuir uma função social na família e junto aos grupos sociais de sua convivência. Mas, essas identidades hegemônicas começam a ser questionadas por grupos de mulheres rurais que se organizam e realizam lutas públicas que parecem anunciar a emergência de novos sujeitos políticos.

Scott (2010, p. 15) salienta que as questões que afetam as relações de gênero em áreas rurais exigem um cuidado que permita “[...] desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significação”. Neste contexto, a autora destaca a importância da auto-organização das mulheres em movimentos sociais, onde se mostra oportuno compreender os processos sociais dessa participação. Neste sentido, será destacada na próxima

seção a inserção das mulheres em movimentos sociais do campo, especificamente o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, na luta contra as desigualdades de gênero.

3.2 O MST E AS MULHERES

O Brasil é um país de profundas desigualdades sociais, sendo que a origem destas desigualdades pode ser compreendida a partir da ocupação do território brasileiro pelos portugueses, em que, historicamente, foram priorizados projetos de grandes propriedades, voltadas para a monocultura. Neste contexto de desigualdades surgiram movimentos sociais com o propósito de lutar pelo direito a terra e pela reforma agrária, entre eles o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

As origens do MST parecem estar no final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornaram mais intensas, ressurgindo as ocupações da terra. Ações como a ocupação das granjas Macalli e Brilhante, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979, e o acampamento Encruziliada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, em 1981, são marcos desse período (MST, 2014; MST, 2016).

Souza (2001, p. 11) destaca a consolidação do MST:

A consolidação do MST se deu numa conjuntura política extremamente refratária às demandas populares e repressora de suas formas de manifestação e, no entanto, conseguiu recolocar incisiva e constantemente no cenário nacional o debate sobre a necessidade da realização da reforma agrária e também de estratégias de desenvolvimento rural que pudessem viabilizar tal reforma [...].

É a partir da exclusão que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1985 a partir do 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná, “tendo como principais objetivos a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa, lutando desde a sua fundação pelo direito de produzir e garantir o sustento de suas famílias camponesas”. Sua criação se deu a partir de lutas isoladas pela terra, no sul do Brasil (MST, 2016).

Sobre a importância do Movimento, Magrini (2015, p. 102) afirma que:

[...] ao longo dos anos o MST foi se tornando importante agente social e político em todo território nacional. Alguns momentos emblemáticos dessa rica, complexa e variada história robusteceram sua luta. [...] episódios da história do movimento representam um roteiro recorrente de acontecimentos quase sempre permeados por violências e mortes, mas também por persistências e conquistas.

Para Schwendler (2009, p. 204), “o MST surgiu questionando a sociedade capitalista”, tendo em seus objetivos, conseqüentemente, a transformação da sociedade a partir da reforma agrária. Já para Stédile e Fernandes (1999), o Movimento é visto como uma organização popular, em que todo mundo pode entrar e participar. Segundo os autores:

O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com interesses de classe. [...] Desde o começo, sabíamos que não estávamos lutando contra o grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 36).

Atualmente, o MST está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país. De acordo com dados do próprio movimento, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é encarada pelo Movimento como a primeira etapa para a realização da reforma agrária (MST, 2016; MST, 2014).

Em busca de uma melhor organização interna de seus integrantes, o Movimento busca cooperar as famílias integrantes, sejam elas assentadas ou acampadas, a partir de núcleos, espaços que são construídos de forma democrática. Segundo Magrini (2015), essa mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional, em que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher.

O maior espaço para tomada de decisões do Movimento é o Congresso Nacional que é realizado a cada cinco anos, sendo estabelecidas estratégias para o próximo período, além de ser um ambiente de avaliação das atividades. Além do Congresso, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, em que são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso. No nível micro-organizacional, as famílias também se organizam por setores para encaminharem tarefas específicas, que são organizados desde o nível local até o nacional, de

acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado (MST, 2016).

Magrini (2012, p. 4) comenta que os objetivos do Movimento vêm sendo expandidos, sendo que “os focos que se baseavam, inicialmente, em uma luta de natureza mais econômico-corporativa, no processo de sua consolidação histórica vêm se modificando e várias outras bandeiras foram e estão sendo incorporadas”.

Atualmente, o MST (2016) apresenta suas bandeiras de luta e linhas políticas de forma a abranger diferentes segmentos da sociedade e aspectos da vida humana, como podemos observar os tópicos apresentados em seu site: cultura, reforma agrária, combate à violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político e soberania nacional e popular.

A ampla diversidade das “bandeiras de luta” estimulada pelo MST mostra que, atualmente, na sociedade brasileira, preocupações como o debate de gênero não estão apenas na academia, mas também em diversos segmentos da sociedade, especialmente os segmentos sociais que se dedicam em construir novas relações sociais com intenção à superação de desigualdades sociais (FURLIN, 2013).

No meio rural, destacou-se nesta discussão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu a partir da reivindicação pelo acesso à terra. No entanto, no processo de sua organização e consolidação, incorporou outras lutas, como aquela por uma política própria de educação, tendo em vista a construção de novos valores; por novas estratégias de produção; por novas relações com o meio ambiente, bem como pela construção de um novo homem e de uma nova mulher, colocando a questão da reforma agrária numa perspectiva de transformação social mais ampla (FURLIN, 2013, p. 257).

Em seu primeiro Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foi notável a preocupação das lideranças em relação ao protagonismo das mulheres, sendo que um dos critérios foi a definição de que 30% dos participantes fossem mulheres. De acordo com Furlin (2013, p. 260), “o cartaz do I Congresso apresentava a imagem de um casal (uma mulher na frente de um homem), trazendo a ideia de que a luta pela terra faz-se com a participação ativa e igual”, mostrando que o debate em torno da pauta de gênero é realizado desde as suas origens.

De acordo com Magrini (2015), em seu 2º Congresso Nacional, em 1990, as mulheres passaram a se organizar de maneira mais ativa, contribuindo para a construção de grupos organizados. Já em seu terceiro Congresso realizado 1996, o Movimento buscou a equidade de gênero de forma mais abrangente.

Na trajetória da organização e consolidação do MST, as mulheres desempenharam um papel fundamental, sobretudo dentro dos acampamentos. Elas aparecem lutando de forma igualitária nas mobilizações, sofrendo com os homens as agressões da polícia. Em certos momentos tiveram uma atuação mais corajosa do que os homens (FURLIN, 2013, p. 259).

Em 1997, o MST estabeleceu formação para seus integrantes sobre as relações de gênero, buscando a “construção de um novo homem e de uma nova mulher”, como aponta os documentos do próprio Movimento (MST, 2016). Neste mesmo ano, o debate sobre a temática ganha um espaço ainda maior, quando foram aprovadas ações internas no Movimento, que possuíam o objetivo o fortalecimento da organização das mulheres internamente, além de buscar a paridade entre homens e mulheres em suas instâncias, contribuindo com a formação de coletivos de mulheres em todas as regiões do Brasil. (MAGRINI, 2015; HEREDIA, 2006).

Sobre a necessidade de criar espaços de formação política para seus integrantes, Schwendler (2009, p. 204) comenta:

A luta pela terra, ao mesmo tempo que coloca em cena sujeitos historicamente excluídos de diversos direitos formando uma identidade coletiva – a de sem-terra, produzida a partir de uma consciência de classe trabalhadora –, gera também a necessidade de recriação das identidades de gênero e do papel da mulher, cuja participação na luta social, desde a constituição do MST, tem posto em movimento práticas político-organizativas que recriam os espaços e as relações de gênero (SCHWENDLER, 2009, p. 204).

De acordo com Heredia (2006), o Setor de Gênero surgiu em 1999 com o objetivo de estabelecer políticas de igualdade de gênero, fortalecendo o debate já existente nas instâncias e espaços de formação, além de buscar a sensibilização de seus integrantes e da sociedade em geral através da produção de materiais educativos e de ações reivindicatórias com o intento de contribuir para a construção igualitária das relações entre homens e mulheres, e, consequentemente, evidenciando o próprio MST. Desde a criação deste setor, o Movimento tem buscado estimular a participação feminina nas ocupações de terra, nos acampamentos e nos assentamentos.

De acordo com Schwendler (2009, p. 218), o Setor de Gênero do MST destaca a importância da participação da mulher na luta por mudanças na sociedade brasileira, processo que é articulado a partir da construção da consciência de classe atrelado à consciência de gênero, uma vez que para o Movimento uma destas lutas

não é contraditória à outra. Para a autora, “o processo de participação das mulheres na luta pela terra possibilita que elas pensem por si próprias, coloquem sua opinião, se reconheçam como sujeito capaz”.

Nesse sentido, o Movimento criou alguns compromissos que são assumidos até hoje (MST, 2016). São eles:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra seja em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados;
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos haja um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participem de todas as atividades como representantes da instância;
6. Garantir que, em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil [creche do MST] para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na frente de massa e SCA (Sistema Cooperativista dos Assentamentos) para incentivá-las a ir para o acampamento, participar das atividades do processo de luta e serem ativas no assentamento;
9. Realizar discussões de cooperação ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios e lavanderias, comunitários etc.;
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.

Apenas no ano de 2007, o MST alcançou a adoção de uma direção nacional paritária, fato também estabelecido pelas instâncias estaduais, em que todos os estados passaram a ter um homem e uma mulher representando a coordenação do Movimento.

Heredia (2006) mostra que o processo de luta pela reforma agrária possibilitou a participação das mulheres em espaços de formação e debate. Neste sentido, para Pinto (1992), a inserção das mulheres nos movimentos sociais contribuiu para a mulher deixar de atuar apenas na esfera doméstica, implicando

novas relações no interior da família, além disso, a organização do assentamento se revela como um momento importante para a constituição de novas relações de gênero, sendo distinguidos os papéis sociais a serem desempenhados nestes espaços.

Sales (2007) aponta que, após a redemocratização do Brasil, com o surgimento de movimentos sociais do campo, as mulheres rurais iniciaram a busca pelo rompimento com a rígida divisão dos papéis sociais de gênero e, conseqüentemente, intensificando a luta pelo reconhecimento do trabalho feminino. A autora comenta:

Os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder, criaram e recriaram novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. No entanto, eles não se isentaram de posições tradicionais de desigualdades de gênero. Nesse sentido, a participação das mulheres nos movimentos sociais foi um aprendizado coletivo que se redefiniu no interior dos próprios movimentos (SALES, 2007, p. 442).

Para Magrini (2015), a inserção das mulheres em movimentos sociais, como o MST, permitiu que as mulheres começassem a pensar sobre a sua própria condição feminina, tornando sujeitos de seu próprio destino.

3.3 MULHERES RURAIS E A CONQUISTA DE DIREITOS

Para Heredia (2006, p. 02) “a análise das desigualdades e das condições de vida das mulheres rurais deve levar em conta as péssimas condições de vida e de acesso a políticas públicas”. Neste sentido, cabe destacar que a conquista de direitos fundamentais para as mulheres rurais aconteceu de forma tardia. Deste modo, a seguir será destacado os direitos civis e políticas públicas conquistadas para as mulheres nas últimas décadas, especialmente para as mulheres rurais, visto que o reconhecimento dos direitos das mulheres por parte do Estado brasileiro é bastante recente.

Gonçalves (2010), fazendo um panorama sobre a conquista de direitos femininos, mostra que no código civil brasileiro, estabelecido no ano de 1916, era alegado que os bens das mulheres casadas deveriam ser administrados pelos seus esposos e, conseqüentemente, os homens eram os representantes legais da propriedade. O autor evidencia que as conquistas de direitos das mulheres, de um

modo geral, começaram a ganhar força com a constituição do ano de 1934, quando é reconhecido o direito ao voto para as mulheres.

Posteriormente, a conquista de direito ganha força, no ano de 1962, com a criação do Estatuto da Mulher Casada, motivo que levou as mulheres a ter os mesmos direitos dos homens, como por exemplo, exercer uma profissão. Outro marco histórico é a possibilidade de divórcio, aprovado no ano de 1977.

Nos anos 1970 surgiram no Brasil diversos grupos organizados de mulheres, que possuíam o objetivo principal de lutar contra a ditadura militar, além de combater a dominação masculina nos espaços públicos. Nas décadas seguintes, a partir das diversas mudanças na sociedade brasileira, estes grupos expandiram suas temáticas e reivindicações, em que incluíram a maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Um dos grandes desafios do universo feminino, que começa a ganhar força neste período, é a dificuldade como a dupla jornada de trabalho, cada vez mais presente na vida das mulheres. Neste contexto, Rago (2003) aponta que, a participação das mulheres em diversos movimentos foi essencial para a ampliação dos direitos sociais das trabalhadoras rurais, sendo que durante a ditadura militar, nos anos de 1970, as mulheres rurais se inseriram na luta contra as construções de barragens.

Foi na segunda metade da década de 1980, conforme Sales (2007), que a luta das trabalhadoras rurais abriu novos espaços políticos, em que a fala das mulheres começou a ser reconhecida. As principais lutas que marcaram este momento foram pelo direito de participação política, pela sindicalização, pelo acesso a documentações e pelos direitos previdenciários. Segundo Brumer (2004), as reivindicações neste período também foram marcadas pela melhoria do atendimento médico e hospitalar para as mulheres rurais.

É a partir da redemocratização do país e da Constituição Federal de 1988 que a agenda de políticas públicas de gênero ganha espaço no país. De acordo com Farah (2004), foi sob o impacto dos movimentos sociais que as primeiras ações do Estado, com recorte de gênero, foram criadas. Para a autora, a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, a primeira Delegacia da Mulher, 1985, ambos em São Paulo, e a criação em 1985 do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça, também são consideradas passos fundamentais para o fortalecimento das primeiras políticas públicas no país.

A Constituição Federal de 1988, entre muitas conquistas, garantiu o acesso das mulheres rurais ao benefício da aposentadoria por idade, aos 55 anos, e outros benefícios, tal como licença-maternidade remunerada. Foi somente em 1988, com a Constituição Federal, que a igualdade de gênero na representação da família é explicitada e a mulher pode responder pelos filhos e filhas, como também ser proprietária de um patrimônio.

Apesar da participação política de mulheres rurais nas décadas de 1960 e 1970, como apontado anteriormente, a mesma ganha destaque e impulso com o a redemocratização do país, visto que nesse período surgem movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da reorganização da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e do fortalecimento da Comissão Pastoral da Terra (BARBOSA, 2013).

Scwendler (2009, p. 2009) mostra que:

Até os anos 80, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, não era sindicalizada e seu nome não contava no bloco de produtor. Somente com a Constituição Federal de 1988, como resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas dos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direito da Mulher, criado pelo Ministério da Justiça, em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos beneficiários de previdência social, à inclusão de mulheres na reforma agrária.

No setor agrícola, Filipak (2012) evidência que até a década de 1990 não havia nenhuma política pública direcionada a agricultura familiar camponesa. O autor mostra que anos 90 foram estabelecidas agendas para orientar as políticas públicas agrícolas, bem como a atenção de agentes de créditos a fornecer novos esquemas de financiamentos, através de microcrédito.

Na década de 1990, um dos acontecimentos mais marcantes ocorridos na esfera das políticas públicas para a agricultura familiar foi à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996. O programa nasceu com o objetivo de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes.

Nesta sequencia histórica, é importante destacar a criação da Secretária Nacional de Políticas para Mulheres, em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, e o Plano de Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2006, este último

com o objetivo de dar início a uma ampla participação social de setores da sociedade brasileira, setores estes vinculados a luta e ao reconhecimento da mulher, que oportunizaram a partir da criação do Plano Nacional a busca pela ampliação de políticas públicas de equidade de gênero no Brasil. É oportuno destacar que este Plano estabeleceu orientações de políticas públicas para as mulheres brasileiras em diferentes contextos da sociedade, como por exemplo, as mulheres rurais.

De acordo com Ministério de Desenvolvimento Agrário (2016), as ações para as mulheres rurais buscaram garantir:

[...] os direitos e o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção, à participação na gestão, ao desenvolvimento territorial e à manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais.

Outro marco importante para a conquista da igualdade gênero no Brasil foi à criação da Lei Maria da Penha, em agosto de 2006, que surgiu com o propósito de coibir e prevenir a violência doméstica familiar contra a mulher (GOLÇALVES, 2010). De acordo com Farah (2004), nos últimos anos, no âmbito das questões agrárias, a perspectiva de gênero está presente em diversas políticas públicas para reconhecer os direitos relativos às mulheres, nas políticas de distribuição de terras, de reforma agrária e de crédito para as atividades agrícolas.

Neste sentido:

[...] apesar da invisibilidade das mulheres, por muito tempo, nas políticas públicas, elas são hoje contempladas em uma série de políticas e programas sociais implementados pelo governo brasileiro, o que mostra a preocupação dos representantes do poder público com a questão de gênero. (OLIVEIRA E ALMEIDA, 2010, p.255).

Ainda que exista um caminho muito longo para o alcance da igualdade de gênero e do protagonismo das mulheres na sociedade brasileira, é oportuno salientar que os avanços no reconhecimento feminino por parte do Estado contribuíram para a construção de uma nova mulher.

Os avanços políticos, sociais e econômicos permitiram que novas relações sociais fossem estabelecidas, pois promoveram rupturas com modos de vida e, principalmente, fortaleceram a autonomia das mulheres a partir da participação da mulheres em políticas públicas.

No próximo capítulo será caracterizado o Assentamento Conquista da Liberdade, área de estudo desta pesquisa, para isso foi dado destaque para as

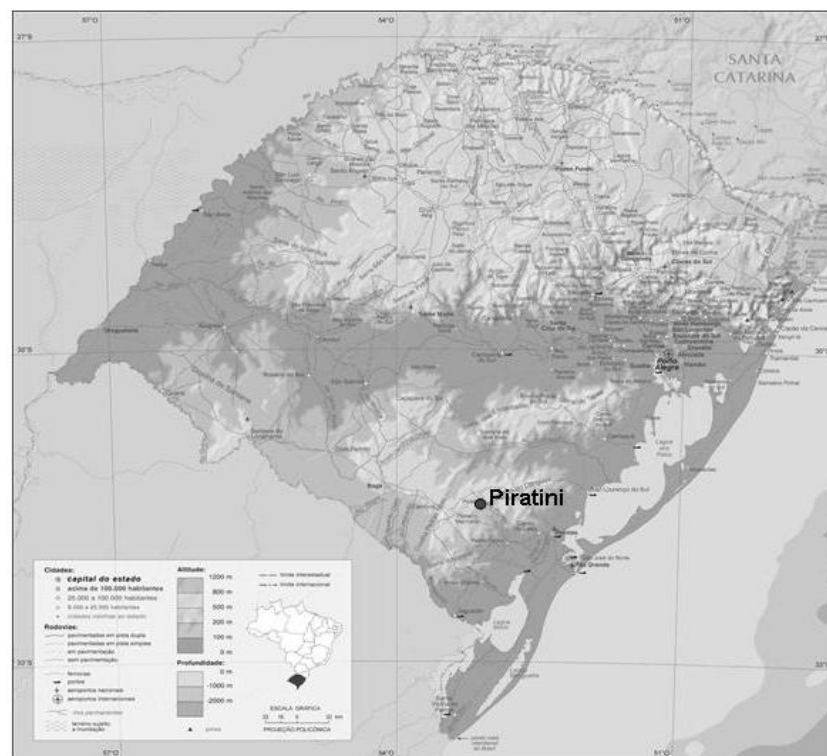
relações sociais entre homens e mulheres, além de descrever a atuação das mulheres na consolidação e na organização do Assentamento, dando destaque para elementos como a história do local, a religiosidade, as festas da comunidade, entre outros.

4 O ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE: ESPAÇO DE MÚLTIPLAS RELAÇÕES SOCIAIS

Esse capítulo tem por objetivo caracterizar o Assentamento Conquista da Liberdade, área de estudo da pesquisa, a partir da observação do pesquisador e do relato oral das interlocutoras. Para isso, é apresentado o processo de conquista da terra e a chegada das famílias no assentamento, o perfil das famílias, a infraestrutura, as festas da comunidade e, por fim, a organização do trabalho no assentamento.

Como já relatado, este estudo foi realizado no Assentamento Conquista da Liberdade, localizado no município de Piratini, região sul do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma população de aproximadamente 20.655 habitantes (IBGE, 2016), tendo sua principal base econômica a pecuária e o reflorestamento de pinheiros.

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE, 2016.

De acordo com Brumer (2004), a região sul do estado do Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela concentração de terra, sendo que a estrutura fundiária é herdada do período colonial, apresentando consequências como a concentração de renda, centros urbanos distantes e pela reduzida densidade da população rural. A região ocupa grande parte do território gaúcho, possuindo uma área relativamente plana, em predomina a pecuária como a principal atividade econômica e, a partir dos anos 1970, lavouras de arroz, soja e trigo.

4.1 A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE

De acordo com Bergamasco e Norder (1996, p. 7), o “assentamento rural” pode ser compreendido como a “[...] criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”. Para os autores, os assentamentos rurais surgiram no Brasil a partir da luta dos trabalhadores rurais sem terra pelo direito a terra, podendo surgir também a partir da ação do estado em “[...] busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola”. Essa intervenção pode variar:

Quanto aos processos históricos pelos quais foram constituídos, por ocupação e desapropriação de terras privadas, por ocupação de terras públicas, por transferência e reassentamento de populações afetadas por projetos governamentais (RUA e ABRAMOVAY, 2000, p. 50).

De acordo com Heredia (2006), com fruto das pressões dos movimentos sociais do campo, em especial a participação do MST na luta pela terra, os assentamentos rurais tiveram um grande avanço após o ano de 1995. De acordo com informações do INCRA (2016), entre 1985 e 1995 haviam sido assentadas cerca de 350.000 famílias, tendo a partir do ano 1995 um crescimento significativo, atingindo, em 2002, cerca de 567.000 famílias.

Para Heredia (2006), ainda há muito que se fazer para modificar a elevada concentração de terra no país, porém os assentamentos têm trazido mudanças nas regiões onde estão inseridos, além de ter contribuído para garantir o acesso à terra a uma população que vivia uma situação de trabalho bastante precária e instável. Atualmente, no Brasil, conforme dados do INCRA (2016), existem 9.337

assentamentos de reforma agrária, contabilizando mais de 977.005 famílias assentadas por todo o país. No Rio Grande do Sul o número de assentamentos corresponde a cerca de 340, totalizando cerca de 12.500 famílias assentadas em diversas regiões do estado, sendo um destes o assentamento rural estudado nessa pesquisa.

A história do Assentamento Conquista da Liberdade está intimamente ligada à história da luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul. Com a fundação do MST, em meados de 1985, e com o surgimento e fortalecimento da luta pela reforma agrária, resultou, em 1989, através da participação de diversas famílias, um dos primeiros acampamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul. O acampamento Pinheiros⁸, localizado no município de Cruz Alta, envolveu mais de 1.500 famílias de todo estado.

Grande parte das famílias que integraram o acampamento não possuía um histórico de luta política, mas ao acampar passaram a integrar e militar no MST. Neste contexto, ao entrarem no Movimento, se inseriram na luta pela terra, sendo estimulados em romper com os modos de vida que estavam inseridos anteriormente. Sobre esta realidade, Schwendler (2009, p. 206) comenta:

No acampamento, são criadas novas formas de organização, novas estratégias, regras e normas de convivência, as quais não faziam parte do cotidiano da maioria dos sem-terra acampados, constituindo-se em uma ruptura, de certo modo, com o modo de vida anterior à ocupação. Nesse processo, a luta cotidiana assume a forma coletiva. É dentro da coletividade que as relações sociais são construídas e reconstruídas. [...] A vida no acampamento tem se constituído por espaços de socialização política, os quais têm possibilitado a construção da própria “identidade sem-terra”, como classe social, e a compreensão de que a luta passa não só pela conquista da terra, mas também pela possibilidade de construir a vida no campo, o que requer uma reforma agrária mais ampla, com políticas públicas de educação, de saúde, de crédito, bem como a transformação do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, Caldart (2004, p. 183) evidencia que a vivência no acampamento permite “abrir uma nova chance de leitura da realidade”, pois ao “se reconhecerem na história da luta pela terra” esses sujeitos passam a “se entenderem como parte da história do país, e como sujeitos da história da humanidade como um todo”. Para as famílias do Assentamento Conquista da

⁸ Este nome ficou marcado popularmente como apelido ao Acampamento Boa Vista do INCRA, que se caracterizava por uma área de conservação florestal do Governo, com extensão de 70 ha, repleta de pinus – pinheiro americano.

Liberdade, esse processo é descrito como uma escola, um processo importante para a formação política.

*Ivana*⁹: [...] o processo de reforma agrária foi muito bom, foi um aprendizado, uma escola. Estávamos em dos maiores acampamentos do estado, era uma cidade de lona preta.

Iara: Casamos e fomos morar nas terrinhas da sogra, onde eram doze hectares, mas ela tinha cinco filhos. Depois já veio os nossos filhos, então tivemos que optar, pois na cidade era mais difícil, não tínhamos estudo, só o primeiro grau. O movimento já estava organizado, em 1989, em várias regiões, depois optamos em ingressar. [...] Foram dois anos de luta, de batalha, de ocupações, de marchas e de organizações. Foi um período muito difícil, mas de muito aprendizado pra nossa vivência e para nosso conhecimento pessoal.

Inicialmente, as famílias que integraram o assentamento, viveram cerca de dois a três anos no acampamento, onde após várias dificuldades morando embaixo de lonas e enfrentando a sociedade que legitimava a propriedade privada, foram assentadas, em fevereiro de 1992, no local que foi denominado Assentamento Conquista da Liberdade. De acordo com o módulo técnico, deveriam ser assentadas 35 famílias naquela área. Segundo Araújo (2009, p. 5) “o governo, para acelerar o processo de reforma agrária, pretendia assentar 85 famílias. No final deste processo, 50 famílias foram beneficiadas com lotes de terra”.

Os assentamentos na organização do MST, bem como se referenciam em seus lemas de ordem não se configuram como o final de uma luta, e sim como um novo estágio. Nesta perspectiva, como aponta o próprio MST (2014) é preciso “ocupar a terra improdutiva e resistir aos limites do capital, para que se possa produzir uma nova existência social, política e econômica”. Neste sentido, Caldart (2004) chama a atenção para analisar o assentamento com um espaço social em constante transformação e envolvido de múltiplas relações sociais.

Embora os assentamentos sejam bastante diferentes entre si, de modo geral eles mantêm uma identidade com a luta pela reforma agrária, preservam símbolos e traços, que permitem identificá-los como uma fração do território ocupado pelo MST (SCHWENDLER, 2009, p. 211).

A luta pela terra configura-se na organização de acampamentos e posteriormente em assentamentos, revelando como um momento importante para a constituição de novas relações de gênero e do estabelecimento de papéis sociais a serem desempenhados nestes espaços. Segundo Schwendler (2009, p. 208), a

⁹ Os nomes foram substituídos por outros de forma aleatória para não revelar a identidade das entrevistas. Além disso, os nomes com inicial **C** representam mulheres inseridas no modelo de trabalho coletivo e os nomes com inicial **I** representam mulheres do modelo de trabalho individual.

participação das mulheres nas diferentes fases da luta pela terra, “tem possibilitado a transgressão de sua invisibilidade social e política”, em que deixam de atuar apenas no espaço privado, provocando novas relações sociais no interior das famílias.

De acordo com Rua e Abramovay (2000, p. 258), a etapa do acampamento é descrita como aquela de maior participação das mulheres, pois segundo os autores, “[...] elas participam das reuniões, opinam e, sobretudo, fazem a experiência da argumentação política, espaço onde sempre estiveram excluídas”. Entretanto, os mesmos autores citados acima afirmam que a fase posterior, a do assentamento, no que diz respeito às relações de gênero, é evidenciado um recuo na divisão sexual do trabalho e no protagonismo das mulheres nos espaços de decisão.

Iara: [...] vai ser no acampamento que ela vai começar a se libertar de várias coisas, no acampamento se fazia comida coletiva, atividades por duplas, onde havia homens e mulheres. Quando ela volta para o assentamento, muitas vezes ela volta para o mundinho que saiu, ela volta a defender a sua rotina.

Para Furlin (2013, p. 259), a participação das mulheres na fase do acampamento se deu pela necessidade de aglutinar várias pessoas em torno da luta pela reforma agrária. Entretanto, a autora destaca que:

[...] essa experiência foi fundamental para que, diante da percepção da redução de sua participação nas instâncias de poder nos assentamentos, algumas das mulheres que haviam se envolvido nas mobilizações anteriores quisessem retomar o seu papel ativo no MST. Tal realidade, ainda nos primórdios da trajetória do MST, mostra que foram as mulheres que tomaram a iniciativa de se organizar para discutir os problemas relacionados à sua participação e aos seus direitos no interior do Movimento.

Kunzler (2009, p. 55), em pesquisa sobre agroecologia e a transformação do espaço social do Assentamento Conquista da Liberdade, aponta que as famílias “trouxeram velhos vícios” ao cotidiano de trabalho no assentamento, relacionado aos tipos de culturas que estavam habituados a produzir, sendo que algumas famílias pretendiam se manter no modelo tradicional de agricultura familiar, produzindo culturas como a da soja. Nesse sentido, o autor salienta que “as discussões conduzidas durante os tempos de acampamento para a construção de um novo modelo de pensar e fazer agricultura se desfizera logo em sua primeira oportunidade”.

O movimento, no final da década de 1980 e nos meados dos anos de 1990, influenciava seus integrantes o desenvolvimento de modelos de trabalho centrado na cooperação, para isso os acampamentos eram estabelecidos a partir de diversos núcleos organizativos. Um dos núcleos de base do acampamento/ocupação Pinheirinhos apresentou o melhor perfil e adaptação ao tamanho na área e foi o grupo escolhido para se fixar no que, posteriormente, denominaria Assentamento Conquista da Liberdade.

Presentes neste grupo estavam militantes já destacados no MST, que possuíam uma grande formação política e que se destacariam, no passar dos anos, como lideranças do Movimento. A origem destas famílias, anteriormente ao ingresso ao MST, é de forte ligação com o meio rural, sejam como assalariados rurais, arrendatários e membros não remunerados de famílias rurais, além de contar com famílias que apresentavam origens na área urbana, desempenhando outras atividades remuneradas.

Figura 2 - Placa de entrada do Assentamento Conquista da Liberdade¹⁰



Fonte: Imagens da pesquisa

Conforme Souza (2001) e Kunzler (2009), a área do assentamento, cerca de 1.200 hectares, era de propriedade da empresa CICA Alimentos S/A, destinada à pecuária de corte e à fruticultura, especificamente a cultura de pêssegos. Após decretar falência, a área ficou improdutiva e o montante de dívidas da empresa com

¹⁰ O nome, “Conquista da Liberdade”, foi dado em homenagem a integrantes do MST que foram presos durante o processo de luta pela terra.

o Banco do Brasil era superior ao valor da terra. Ao obter a terra, o grupo também adquiriu algumas estruturas físicas deixadas pela empresa que era proprietária daquele local. Nestas estruturas constavam-se casas, refeitório, galpões e pomares.

Posteriormente a chegada das 50 famílias na localidade, foi estabelecido o modelo de trabalho, que conforme depoimento das assentadas, baseava-se em um modelo coletivo de produção. Esta experiência coletiva possibilitou a consolidação, cerca de três anos depois da chegada das famílias no Assentamento, na criação de uma Cooperativa. Porém, a experiência coletiva, ao longo do tempo, foi cedendo espaço com a saída de famílias para a produção agrícola individual.

4.2 A VIDA NO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE

4.2.1 O perfil das famílias

A caracterização das famílias é bem diversificada no Assentamento, sendo quase todas elas são do tipo nucleares, possuindo a presença de pai, mãe, filhos e filhas. O perfil das famílias demonstra o que vem acontecendo em outras regiões de agricultura no sul do país, na qual se destaca o processo de redução e envelhecimento da população e também da forte masculinização da população, esta última consequência é resultado da migração das filhas para cidade. Sobre esta realidade, Brumer (2004, p. 2010) aponta que:

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados.

Observou-se que, na comunidade estudada, que a população é constituída por um número significativo de agricultores e agricultoras em fase de aposentadoria. Além disso, verificou-se a quase ausência de jovens no trabalho agrícola, o que torna a sucessão rural um dos principais desafios do Assentamento. Neste contexto, as agricultoras relatam:

Conceição: [...] a gente tem o grande objetivo de manter a cooperativa e assentamento para nossos filhos voltarem, mas eles saem estudar e depois que saem ninguém quer voltar. Esse é o nosso desafio.

Iara: Eu acho que os nossos filhos tem que estudar, mas a grande preocupação é que eles não voltam pra cá, pois o estudo da cidade não os prepara pra voltarem para o campo. A universidade é voltada pra cidade, a escola é voltada pra cidade, então o campo não é almejado pelo jovem. [...] O nosso assentamento está se tornando um assentamento de velhos e tudo isso que a gente construiu alguém vai ter que tocar, pois foi muita luta pra conquistar tudo isso aqui.

A escolaridade da maioria das pessoas adultas do Assentamento é o ensino fundamental, tendo algumas pessoas com ensino médio e até mesmo uma professora formada. Não foi possível observar uma diferença no nível na escolaridade entre homens e mulheres. A juventude e as crianças possuem um maior nível de escolaridade que os pais, e todas as crianças estão regularmente matriculadas em escolas públicas do município.

Figura 3 – Escola presente no Assentamento



Fonte: Imagens da pesquisa

As crianças menores estudam em escola presente no Assentamento, Escola Municipal Mário Quintana, que oferece somente ensino fundamental, enquanto as crianças mais velhas se deslocam para outras escolas de Piratini, e outras conciliam o ensino médio com o ensino técnico em uma escola de um município vizinho. Fora da faixa escolar do ensino básico, as crianças não possuem acesso à educação infantil, potencializando um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres, o de conciliar o cuidado dos filhos e filhas com o trabalho agrícola e doméstico.

Além disso, alguns filhos e algumas filhas já acessaram o ensino superior e ensino técnico, dentre eles constam três rapazes e uma moça cursando Medicina Veterinária através de um convênio entre o MST e a UFPel, e outro jovem que cursou Medicina em Cuba, também em convênio com o MST.

Inês: Muitos dos jovens, quando querem estudar, deixam a família com 15 e 16 anos. E acho que os nossos filhos tem que estudar, mas a grande preocupação é que eles não voltam, pois o estudo da cidade não os prepara pra voltarem para o campo. E mesmo voltando para o campo eles não possuem muitas alternativas, aqui é diferente. A universidade é voltada pra cidade, a escola é voltada pra cidade, então o campo é muito pobre nesse sentido."

Alguns jovens, ao acessarem o ensino na cidade se afastam do Assentamento e, conseqüentemente, se afastam do mundo rural, pois ao procurarem emprego encontram opções mais atrativas na área urbana.

4.2.2 A infraestrutura do assentamento

O Assentamento Conquista da Liberdade está organizado, atualmente, em estrutura de agrovila¹¹, onde grande parte das famílias possuem suas moradias próximas uma das outras, sendo que cada moradia compreende um terreno de 20x40m². Porém nem todas as famílias vivem na agrovila, algumas moradias estão localizadas nos lotes individuais das famílias, que se encontram ao redor da agrovila. No centro está o grande lote coletivo de terras pertencente às famílias que integram a Cooperativa.

A infraestrutura do Assentamento é vista como satisfatória, porém em relação ao acesso aos serviços de saúde, como na maioria das comunidades rurais, as condições são precárias. O atendimento médico às famílias é feito através do Programa Saúde da Família, mantido pela Prefeitura Municipal, em visitas periódicas (mensais) no próprio assentamento. Além disso, as famílias acessam o Posto de Saúde de Piratini, que é compreendido pelas interlocutoras como um serviço ineficiente.

¹¹ Agrovilas funcionam como pequenas vilas na meio rural, possuindo uma infraestrutura básica. A construção das casas é feita em um local que permite uma ligação direta com as áreas de cultivo. As agrovilas são incentivadas pelo MST para integrar a comunidade de um mesmo assentamento rural.

Cecília: A saúde é outra coisa que precisa avançar muito, já melhorou muito, mas precisa avançar, principalmente pra mulher rural. A mulherada aqui tem que ir até a cidade e é uma loucura o atendimento.

Perante o contexto de dificuldades em relação à saúde, uma escolha encontrada pelas mulheres do Assentamento é a utilização do conhecimento popular do uso de plantas medicinais. Em suas pequenas hortas, as mulheres cultivam plantas medicinais, como alfafa, alecrim, hortelã, capim-santo, erva-cidreira, erva-doce, boldo, manjerição, entre outros pequenos cultivos.

A distância entre o Assentamento e a cidade é outro grande desafio enfrentado pelas famílias, especialmente para as mulheres, pois a precariedade das estradas rurais combinada com as péssimas condições do transporte público coletivo, uma vez que dificulta o abastecimento dos utensílios domésticos utilizados pelas mulheres no interior de suas casas, além de dificultar a busca de socorro no caso de problemas de saúde e no acompanhamento da saúde da mulher.

O abastecimento de água não possui qualquer problema, sendo feito através de poços artesianos e, posteriormente, conduzido até as moradias por encanamentos, tendo seu cuidado realizado pelos próprios assentados e assentadas. Todas as moradias possuem acesso à rede elétrica, porém mesmo com a chegada da rede elétrica, a telefonia fixa ainda é inexistente nas famílias. Os contatos são feitos por telefones celulares, item presente em todas as famílias. Várias unidades familiares possuem mais de um aparelho e mais de uma linha móvel, fazendo do celular item fundamental na vida das famílias, principalmente por permitir o acesso à internet e às redes sociais.

Outro aspecto relevante a ser apontado é ao serviço de assistência técnica e extensão rural, que é visto como satisfatório na frequência de visitas e no acompanhamento de projetos. Porém, as entrevistadas criticam o conhecimento prático e falta de orientação dos técnicos para as necessidades das mulheres.

Iolanda: Antes a gente era atendido pela COPTEC, a assessora social trabalhou muito com o resgate da mulher e da importância da mulher dentro das atividades das famílias. [...] Agora somos atendidos pela EMATER, é um serviço muito fraco na área social para as mulheres, focam só a parte burocrática e a parte de produção. É outra realidade.

De um modo geral, percebe-se que a infraestrutura no assentamento pesquisado atende às expectativas dos moradores, porém a televisão é muitas vezes a única fonte de divertimento e lazer, onde as telenovelas são os principais programas assistidos.

Carla: Poderíamos desligar a TV e sentar junto e trocar uma ideia, mas isso não acontece aqui, pois tem a novela, depois tem o BBB e daí ninguém segura mais ninguém, pois isso é o nosso único momentinho de lazer.

4.2.3 As festas da comunidade

Outro aspecto importante da vida em comunidade são as festas que ocorrem no Assentamento. Atualmente, ocorrem duas festas periódicas no ano, sendo uma delas realizada sempre no mês de fevereiro, em comemoração ao aniversário do Assentamento, e outra no segundo semestre do ano em que é celebrado o aniversário da Cooperativa. Além disso, ocorrem festas e bailes esporádicos com o objetivo de juntar recursos, seja para construção da igreja ou para projetos da Cooperativa e da Associação dos produtores individuais.

Durante a minha passagem pelo Assentamento, participei de duas festas em comemoração ao aniversário do Assentamento, uma em fevereiro de 2015 e outra em fevereiro de 2016. Nesse sentido, pude perceber que as festas possuem uma forte identificação com o meio rural, onde são evocados símbolos do rural e da identidade camponesa, como a roça e o trabalho na lavoura, e apresentados símbolos do MST, havendo sempre místicas e apresentações sobre a luta pela terra.

As festas envolvem uma complexa e antecipada organização pelas famílias, cabendo às mulheres a preparação de doces e cucas para serem comercializados durante a festa, já os homens ficam responsáveis pelo abate de animais para ser consumido e comercializado na festa.

Figura 4 - Abertura da Festa de Aniversário do Assentamento



Fonte: Imagens da pesquisa

Segundo comentam as agricultoras, a festa é um momento de abrir as portas do Assentamento para a comunidade, divulgando seus produtos, sua história, além de festejar e reencontrar amigos de outras localidades rurais. A festa é realizada durante um dia, mas grande parte das famílias recebe familiares em suas casas durante os dias anteriores a festa, deixando o Assentamento bastante agitado.

Isabel: As nossas festas são festas bem tradicionais e reúnem todos os assentamentos vizinhos, a gente conta os dias pra chegar o dia. É muita alegria e diversão. A mulherada adora, pois a gente não tem muito tempo pra visitar as comadres.

A programação das festas ocorre da seguinte forma: em geral, realiza-se em um domingo, iniciando com a recepção dos convidados. Em seguida, todos se encaminham para o salão da comunidade, em que as lideranças do Assentamento e da comunidade realizam discursos, logo após ocorre uma mística e apresentações, elaborada, geralmente, pelas crianças. Posteriormente, realiza-se uma missa com a presença de um padre. No almoço, são servidas comidas que, em grande parte, são feitas com produtos da própria localidade. Durante a tarde o torneio de futebol masculino ganha a concentração das famílias, já no final da tarde inicia o baile, que se estende até a meia noite.

4.2.4 A religiosidade no assentamento

Outro aspecto analisado foi a religiosidade, visto que no Assentamento a religião possui relevante importância na vida dos assentados e das assentadas. A Igreja Católica é uma grande parceira das famílias, tendo exercido importante papel em sua trajetória, tendo contribuído em ser um elo do Assentamento com a sociedade. Para Oliveira (2008), a presença da Igreja é um fator que, somado às conjunturas sociais, culturais e econômicas, interfere a reprodução social política camponato.

Nem todas as famílias são católicas, através de conversas foi possível verificar que algumas pessoas da comunidade participam de outras religiões, em que frequentam cultos evangélicos e seções de umbanda. A religião católica, porém é a que possui maior presença na comunidade, sendo que, atualmente, os assentados e as assentadas estão mobilizados na construção coletiva de uma igreja

católica no Assentamento. Para isso, estão organizando festas e rifas para obter recursos financeiros.

Figura 5 - Missa realizada no assentamento



Fonte: Imagens da pesquisa

As missas acontecem mensalmente no salão da comunidade, quando um padre da paróquia local se desloca até o Assentamento para realizar o ritual religioso, sendo que a organização do espaço para as celebrações é de responsabilidade de um grupo de mulheres do Assentamento. Durante a vivência pude participar de uma missa da comunidade, em que constatei um maior número de mulheres e de crianças em relação aos homens e aos adolescentes. Nas conversas com as mulheres, foi mencionado o desinteresse dos jovens em frequentar as atividades religiosas.

Ivana: Ultimamente, a comunidade não é tão religiosa como antigamente, pois o pessoal jovem não se interessa muito, mas como são famílias quase todas católicas sempre tem alguma atividade religiosa. Tem uma vez por mês missa. Com a Igreja no assentamento, vai ficar ótimo pra fazer batizado e casamento, pois faz falta uma igreja.

Para Cruz (2013, p. 115), ainda que se constate uma forte presença feminina na Igreja assumindo instâncias de poder, como na coordenação de comunidades, nos conselhos paróquias, nos ministérios da palavra e comunhão, não se pode descrever como um espaço democrático e libertador para as mulheres. “A Igreja Católica ainda está impregnada pela concepção tradicional do papel que caberia às

mulheres: serem mães e esposas”, permanecendo um forte resquício sexista e machista.

4.3 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO

Há uma disparidade na organização da produção no Assentamento, existindo um modelo individualizado, em que as terras são utilizadas individualmente por cada família, e outro modelo, em que é utilizado um sistema de produção coletiva da terra, com famílias utilizando áreas comuns. Das 48 famílias que residem, atualmente, no assentamento, 13 trabalham de forma coletiva, através da Cooperativa Agropecuária Vista Alegre – COOPAVA, e as demais famílias trabalham de forma individual, sob o modo de produção agrícola de agricultura familiar, que segundo Kunzler (2009), boa parte da agricultura familiar desenvolvida se dá em base agroecológica. Irei caracterizar estes dois modelos de organização do trabalho nas próximas páginas desse capítulo, ficando para o próximo capítulo o enfoque sobre gênero nas relações de trabalho.

Antes de iniciar a apresentação da experiência de trabalho coletivo no assentamento se faz necessário entender como é compreendida a cooperação e o trabalho coletivo no Movimento. Para o MST (2016), a cooperação é proposta, desde suas origens, como uma grande ferramenta pedagógica que visa estimular as famílias viverem próximas nos assentamentos, sejam organizadas em agrovilas ou em núcleos de moradia.

O MST entende que a reprodução individual das famílias pode apresentar maiores dificuldades para o assentado e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do assentamento. Por isso, acredita que adquirindo crédito, ferramentas e máquinas, produzindo a lavoura, comercializando a produção e até mesmo chegando ao ponto de ter a terra e o trabalho em conjunto, os agricultores e as agricultoras melhoram a qualidade de suas vidas e se desenvolvem enquanto grupo social.

Para o MST, existem motivos para estimular a cooperação, em que deve ser vista como um procedimento que caminha alinhado com a realidade social e econômica. Entre os fatores listados pelo Movimento para promover a cooperação estão:

Os assentados conseguem obter mais crédito para a aquisição de bens necessários ao aumento da produção. [...] Com a cooperação agrícola é possível aproveitar ao máximo o solo e o clima, produzindo para o mercado apenas os produtos apropriados a eles. [...] Quando se realizam diversas atividades em conjunto, é possível racionalizar o uso de mão-de-obra e liberar uma parcela cada vez maior desta para outros fins de interesse geral da comunidade. A mão-de-obra tornada disponível pode ser utilizada em unidades agroindustriais de pequeno e médio portes voltadas à transformação dos produtos da lavoura e da criação. [...] Além da aproximação das moradias, com acesso facilitado à infraestrutura básica, como estradas, água e energia elétrica, a cooperação agrícola facilita a educação das crianças e dos adultos, agilizando a conquista e a construção desse importante equipamento social. [...] Num sistema de cooperação, os agricultores percebem-se como uma força que, somando-se à de outras categorias, pode contribuir para a construção de uma nova sociedade. (MST, 2016).

Para Souza (2001, p. 12), a viabilidade econômica e social dos assentamentos conquistados pelo MST se tornou um grande desafio político para o Movimento, pois “[...] representava a comprovação prática da eficácia da proposta de reforma agrária, o que implicou ao mesmo tempo, no seu entendimento, na legitimação da luta pela construção de uma nova sociedade”. Dessa forma, uma série de iniciativas visando o fortalecimento da reprodução social das famílias assentadas começou a ser estimulada pelo Movimento, como os sistemas de cooperação.

Nesse contexto, o MST vem buscando estimular diversas formas de organização de cooperação agrícola nos assentamentos, tais como: mutirões, lavouras coletivas, compra conjunta de máquinas e equipamentos, associações e cooperativas para comercialização conjunta e grupos ou cooperativas de trabalhos coletivos ou semi-coletivos. Atualmente, as formas de cooperação agrícola desenvolvidas pelo Movimento são: Associação, Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS), Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) e Agroindústrias, que são divididas em três modelos, Mista, Tradicional e Rural.

A cooperação, no seu sentido mais amplo sempre fez parte das ações desenvolvidas no âmbito do MST. Seja na organização de um acampamento ou na organização da produção, suas ações sempre se pautaram na cooperação entre os trabalhadores sem terra para que esse ou aquele empreendimento se efetivasse. Nesse sentido, o próprio surgimento do movimento é derivado de um tipo de cooperação que se estabeleceu entre os trabalhadores a partir do momento que estes se identificaram enquanto excluídos (SOUZA, 2001, p. 60).

As famílias, que permaneceram com a intenção de trabalhar coletivamente no Assentamento, compreenderam que a melhor forma de consolidar o trabalho

coletivo seria a partir de sua legalização. Nesse sentido, a experiência de cooperação no Assentamento Conquista da Liberdade deu vida, no ano de 1995, à Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), tendo sua idealização mediante a união de 17 famílias. A cooperativa foi chamada de Cooperativa Agrícola Vista Alegre. Atualmente, a Cooperativa possui uma administração coletiva, dividida em núcleos, sendo dois deles relativos à discussão de base, um deles que é tratado das questões externa e o outro dos assuntos internos.

Cecília: A gente trabalha no coletivo, em equipes de trabalho, onde o trabalho funciona de forma muito organizada e o rendimento é muito maior, pois de forma coletiva conseguimos muito mais. Uma pessoa sozinha fazendo o serviço não rende, aqui vamos fazendo na cooperação. Além dos investimentos, que por ser uma cooperativa a gente consegue muito mais.

Figura 6 – Sede da Cooperativa



Fonte: Imagens da pesquisa.

Uma CPA, de acordo com o MST (2016), é um tipo de cooperativa em que os fatores de produção, terra, trabalho e capital, são administrados coletivamente. Sua propriedade e produção possuem responsabilidade social das famílias integrantes, pois os responsáveis legais são os próprios trabalhadores. Neste modelo as sobras são repartidas entre as famílias de acordo com o trabalho desempenhado por cada pessoa.

Existem alguns princípios, descritos pelo MST, para o bom funcionamento dos grupos coletivos, os chamados princípios gerais do cooperativismo. Segundo Souza (2001), o primeiro deles diz respeito à voluntariedade ou livre adesão do agricultor à CPA, que o Movimento estimula a ninguém ser forçado a entrar nas experiências coletivas, já segundo é proposto que a gestão destas experiências deva ser democrática. O terceiro diz que todos os cooperados são iguais e tem o mesmo direitos. No quarto princípio, o MST estimula que a distribuição das sobras deve ser de acordo com o trabalho realizado, ou seja, cada pessoa receberá de acordo com o que trabalho, e, por fim, o Movimento instiga que nestes grupos seja incorporado um ideal cooperativista contínuo, em que a educação e formação sejam sempre estimulas.

Neste contexto, uma entrevista comenta:

Carla: O movimento sempre trabalhou essa questão de trabalho coletivo, pois a família assentada deve possuir outra característica, não pode ser aquela família tradicional. Quando a gente entra no movimento muita coisa muda, a consciência sobre o mundo muda.

O sistema de cooperação, segundo Fernandes e Stédile (1999), é primordial para os assentamentos rurais, pois além de facilitar a maior produtividade da terra, permite a organização do trabalho fundamentado na distribuição igualitária dos recursos, diferenciando-se do modelo tradicional. Além disso, o sistema de cooperativismo agrícola permite facilidades no acesso a créditos e a novas tecnologias e possui papel educativo para seus integrantes.

O modelo de cooperação esteve presente desde a chegada das famílias no Assentamento estudado, com a terra sendo um recurso de todos, não sendo divididos os lotes de maneira individual. Porém, conflitos e desentendimentos resultaram na ruptura do grande grupo coletivo, com isso, as famílias que se afastaram receberam seus lotes individuais.

Foi com o discurso da busca de uma maior estabilidade enquanto agricultores familiares e a construção de melhores condições de sobrevivência, que diversas famílias foram se desligando da Cooperativa, em diferentes momentos de sua história. Com isso, atualmente, 35 famílias do Assentamento atuam de forma individual, exercendo atividades produtivas variadas.

Compreendendo os motivos pelas quais as famílias optaram pela saída do modelo coletivo, a partir da fala das agricultoras, destacamos o que Cazella (1992)

apresenta em seu estudo sobre a cooperação em assentamentos, mostrando que muitas famílias agricultoras não possuíam o objetivo de se engajar num projeto de cooperação agrícola com coletivização de terras com moldes empresariais, pois confiavam que perderiam sua autonomia como grupo familiar e se tornariam trabalhadores a serviço de um empreendimento que lhes paga renda na forma de salário, perdendo o controle sobre o processo produtivo.

Iolanda: Meu marido já estava cansado, pois a gente trabalhava em uma cooperação e as pessoas só pensam no lucro e dinheiro e não davam valor à mão de obra. Era pouca preocupação se estávamos rendendo, se estávamos felizes. Virou uma empresa. Tivemos muito desgaste com a forma que era gerida, chegou um ponto que esgotou.

Sobre isso, Santos (2001, p. 68) comenta que “o maior desafio que se apresenta no momento da instauração do assentamento é o que diz respeito à organização da produção”, pois pelas várias possibilidades existentes de organização do trabalho e também por receios das famílias em escolher uma forma de trabalho ainda distante de sua experiência com a terra, acabam optando a produção familiar em lotes parcelados. Para o autor, vai ser depois do acampamento que surgem as diferenças existentes entre os trabalhadores em relação a forma de organizar a produção, visto que será no assentamento que as famílias tentaram colocar em prática as suas diferentes visões sobre o trabalho agrícola.

Inês: Nossa família saiu por não conseguia algumas ideologias. Numa cooperativa todo mundo é dono, porém tinha algumas famílias que não eram dona, a nossa por exemplo.

Iara: A cooperação sempre foi um dos princípios do movimento. No acampamento se trabalhou muito essa questão de entendermos de que tipo de assentamento de vivência você queria ter quando for para o assentamento. Na época do nosso acampamento se trabalhou muito essa questão das cooperativas, mas muito no auge, pois segundo o discurso era melhor pra ti e melhor para o coletivo, mas sem muito conhecimento prático, pois na prática muitas coisas são diferentes.

As famílias que continuaram de forma coletiva construíram, ao longo dos anos, uma Cooperativa destacada na região e dentro do próprio MST. No que se refere aos tipos de produção desenvolvidos pela Cooperativa, estes podem ser dividido em dois núcleos, o animal, que abrange a criação de abelhas, peixes, suínos, ovinos e bovinos de leite e de corte; e o vegetal, que são cultivados produtos para alimentação das próprias famílias (ARAUJO, 2009).

A quantidade satisfatória de gado leiteiro permitiu à Cooperativa dar atenção especial para a atividade leiteira. Nesse sentido, a Cooperativa é responsável pelo

armazenamento, pasteurização, embalagem e comercialização de leite, tornando o leite o carro-chefe da mesma, sendo comercializado no varejo de Piratini, que segundo as interlocutoras é acessado por um consumidor diferenciado, por este ser um leite ecológico. A demanda do leite industrializado varia de dois a três mil litros de leite por semana. Também há a comercialização dos demais produtos em feiras e eventos em que o MST frequenta e organiza, mas sempre de forma esporádica.

Figuras 7 e 8 - Estrutura e Produção da Cooperativa



Fonte: Imagens da pesquisa

Foi possível observar, em relação as famílias do modelo individual, que a diversidade nas formas de reprodução social das famílias é demonstrada também na qualidade das moradias, no acesso aos bens de consumo, nos aparelhos dentro de casa e nos automóveis, permitindo verificar que a sobrevivência desse grupo é bastante diferenciada, possuindo uma maior disparidade socioeconômica em relação ao grupo coletivo. Grande parte das famílias do modelo individual possui gado para a produção de leite, vendendo a produção para a Cooperativa do próprio assentamento, tornando a principal fonte de renda destas famílias. Além disso, foi possível verificar uma disparidade no número do rebanho leiteiro, por parte das famílias, variando de cinco a quinze animais.

Nos lotes individuais as culturas produzidas são bastante diferenciadas, sobretudo de alimentos essenciais para o autoconsumo das famílias, sendo as sobras desses cultivos destinados à comercialização. Entre os cultivos com maior

produção presentes em quase todas as unidades de produção familiar estão: tomate, batata doce, mandioca, abóbora e diversas variedades de milho e feijão. Entre as culturas com menor produção, presentes em pelo menos uma unidade de produção estão: melão, bergamota, uva, figo, couve, couve-flor, batata inglesa, pimentão, repolho, soja, cebola, cenoura, beterraba, pepino, pêssego, ameixa, amora, jabuticaba, laranja, chuchu, morango, girassol, amendoim e ervilha.

Figura 9, 10 e 11 – Diversidade de culturas desenvolvidas



Fonte: Imagens da pesquisa

As famílias individuais foram, ao longo do tempo, desenvolvendo diversas estratégias para sobreviver enquanto grupo social, como a organização de feiras. Nesse sentido, em busca de maior autonomia econômica e social, nasceu no final do ano de 2014, com a união de algumas das famílias, a Associação dos Produtores Agroecológicos do Assentamento Conquista da Liberdade, composta somente por famílias assentadas do modo de produção agrícola familiar.

Durante a vivência no Assentamento, pude acompanhar duas reuniões das famílias envolvidas no trabalho desta Associação. Numa destas reuniões, que possuíam a maior presença de homens, foram estabelecidas algumas metas para a recém-criada associação. Neste sentido, a respeito de questões de curto prazo, foram estabelecidas atividades de comunicação e divulgação da Associação, além de ações para enfrentar as dificuldades de transporte, indo até ações mais

burocráticas, como à busca por certificação de produtor agroecológico para aqueles agricultores que ainda não possuem. Além disso, estabeleceram metas de longo prazo, como o desejo de acessar mercados institucionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sobre a definição dos espaços de comercialização, mostraram o interesse em organizar duas feiras próprias, uma no centro da cidade e outra em uma rodovia próxima ao assentamento.

Figuras 12 e 13 - Reunião dos Agricultores Individuais



Fonte: Imagens da pesquisa

Na segunda vivência que realizei no Assentamento, um ano após a primeira, pude observar a consolidação de algumas das metas estabelecidas como, por exemplo, a realização de duas feiras, uma no centro da cidade, tendo periodicidade semanal, e outra localizada em uma rodovia próxima ao Assentamento, tendo periodicidade de segunda a sábado. As duas experiências de feiras possibilitam para as famílias envolvidas liquidez imediata dos produtos e maior apropriação de renda agropecuária.

Inês: A feira revolucionou a nossa vida. É o que nos detemos mais, a cidade fica louca com os nossos produtos.

Alguns produtos, que no passado eram considerados diversificação para a subsistência das famílias, tornaram-se indispensáveis para atender às expectativas dos consumidores. As famílias realizam um rodízio para o atendimento na feira, sendo que cada dia duas famílias são responsáveis, porém, somente as mulheres participam da comercialização dos produtos.

5 O TRABALHO E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO: A PERCEPÇÃO DAS MULHERES

Depois de apresentar o Assentamento Conquista da Liberdade por meio de informações obtidas através de documentos diversos, entrevistas estruturadas, diálogos informais e observações, interessa neste capítulo focalizar nas relações sociais de gênero a partir da percepção das mulheres sobre o trabalho, além de apresentar elementos sobre a condição feminina.

5.1 O TRABALHO DAS MULHERES

Paulilo (2009), em pesquisa que analisou os sentidos da igualdade gênero em movimentos sociais, mostrou que a categoria “trabalho”, seja ele remunerado ou não, sempre se destacou dentro do discurso dos movimentos que lutam pela igualdade de gênero. Para a autora é imprescindível, para torná-las reconhecidas como trabalhadoras, considerar como trabalho as diversas atividades realizadas pelas mulheres no lar e nas unidades de produção agrícola.

Quatro décadas de feminismo não diminuíram a importância dessa categoria. É ela que está no cerne de uma das principais conquistas dos movimentos de mulheres agricultoras que, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutou para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas “produtoras rurais” e não “do lar” (PAULILO, 2009, p. 179).

A luta das mulheres para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais não afeta, necessariamente, uma ruptura ou mudança nas relações com o marido, do mesmo modo que, “o trabalho externo à casa não torna as mulheres automaticamente mais independentes de seus maridos e atuantes politicamente” (PAULILO, 2009, p. 192). Neste sentido, é necessário compreender o trabalho como um processo de construção social, analisando todas as relações de poder e de dominação que as mulheres estão inseridas.

Para Brumer (1996, p. 96), quando é examinado o trabalho da mulher rural, é encontrada uma realidade muito peculiar, pois ela é integrante de uma unidade familiar, em que “produção e reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único”. Neste sentido, as pessoas que fazem parte da unidade familiar

participam de diferentes momentos do processo produtivo, sendo que a organização do trabalho da família não é definida somente partir do ciclo das culturas, mas também a partir de elementos como o gênero e a idade.

Por agricultura familiar camponesa entende-se um modelo agrícola de organização produtiva centrado na família e na propriedade da terra, tendo esta unidade familiar a responsabilidade pela gestão dos processos e recursos produtivos (ABRAMOVAY, 1999). Sobre o papel deste modelo de agricultura centrado na família, presente no Assentamento Conquista da Liberdade, as interlocutoras da pesquisa apontam a sua importância para a preservação da vida ao produzir alimentos e para a estabilidade econômica do grupo social, como uma agricultora expõe: *“É da agricultura que a gente tem que tirar o sustento. É só isso que sabemos fazer”*. Outras agricultas expõem:

Iara: Eu penso que a agricultura familiar é fundamental para a vida do ser humano, para a vida das pessoas, porque é o espaço onde se produz comida, já que o agronegócio não produz comida. Nós alimentamos a população do campo e da cidade.

Inês: Eu acho que pra nós é muito bom, pois a gente consome um produto que nós mesmos produzimos.

Já sobre o papel da mulher na agricultura, as entrevistadas destacam a importância de seu trabalho para a continuidade da agricultura familiar camponesa e seu protagonismo em atividades específicas como, por exemplo, a horta, o cuidado de pequenos animais e o trabalho doméstico.

Conceição: A horta, a casa, os pequenos cultivos é a mulher que toma conta. A mulher tem hoje um espaço maior na agricultura familiar, tem algumas que ficam muito dependentes do marido, mas no geral a mulher é protagonista nos pequenos cultivos.

Iara: Não vou dizer que é a figura que mais trabalha, mas é a que tem a jornada dupla, talvez não todas, mas a grande maioria, pois a mulher trabalha na roça e na casa. E o trabalho de casa muitas vezes não é considerado trabalho, mas ele é um trabalho, por isso ela tem uma jornada dupla.

Para compreendermos as atribuições das mulheres no Assentamento e como se estrutura a divisão do trabalho é importante separar os dois modelos de trabalho presentes na área de estudado, pois cada um deles apresenta suas particularidades em relação ao trabalho das mulheres.

5.1.1 O trabalho das mulheres do grupo individual

Primeiramente, se fez necessário entender os motivos que levaram as famílias destas mulheres a optarem pelo modelo de trabalho individual. Nesse sentido, alguns fatores foram apontados pelas entrevistadas como conflitos com o modelo de gestão desenvolvido pela cooperativa, força física limitada para cumprir atividades pesadas na Cooperativa e a busca de uma maior autonomia, que neste caso também é declarado em relação a divergências na Cooperativa, como pode ser verificado nos seguintes depoimentos:

Iara: Ajudamos a construir ao longo de vinte anos um modelo de cooperação, em que doamos tudo o que tínhamos, porém as nossas forças físicas já não são mais as mesmas pra cumprir uma jornada de trabalho tão longa.

Ivana: Escolhemos o modelo individual por não concordarmos com o controle de trabalho da Cooperativa e por algumas decisões tortas que foram tomadas.

Inês: Optamos pela nossa autonomia, cansamos de ver a Cooperativa ir por outro caminho.

As mulheres do modelo individual, assim como suas famílias apresentam uma variedade de produtos comercializados e de culturas desenvolvidas. Nesse caso, as rotinas de trabalho das mulheres inseridas neste modelo também são bastante diversificadas. O seguinte relato resume de forma clara a rotina de trabalho feminino no interior de uma unidade familiar:

Inês: Na casa eu faço todas as coisas, são todas as coisas mesmo, pois tudo fica comigo. Dentro de casa tem também o preparo dos produtos para a feira, que é tudo comigo, faço pão, cuca, bolacha. Além disso, toco várias coisas na lavoura. Nem sei quantas horas por dia que trabalho, se eu te disser, vou te mentir. Vou dormir todos os dias uma da manhã, pois fico fazendo as coisas pra feira e no outro dia as sete já tenho que estar em pé. Não sei até quando vou aguentar!

No geral, foi possível observar, durante a vivência no Assentamento, que as mulheres do modelo individual, além das atividades dentro de casa, assumem responsabilidade nas seguintes atividades agrícolas: atividades manuais relacionadas ao trabalho agrícola, principalmente durante a fase de colheita dos produtos; atividades relativas ao processamento de produtos agrícolas, como a fabricação de produtos lácteos; cuidado de pequenos animais destinados ao consumo doméstico, incluindo a ordenha das vacas; preparo dos produtos para feira

livre, além do atendimento na banca, conforme revezamento das famílias; responsabilidade pelos pequenos cultivos, especialmente os trabalhos com a horta.

A atividade leiteira é uma das principais atividades desenvolvidas por estas famílias, sendo que são os homens, na maioria das vezes, que se responsabilizam pelo cuidado das pastagens para o rebanho e o manejo dos animais, já as mulheres, na grande parte das ocasiões, se responsabilizam pela ordenha do leite. “*Quem mais trabalha na produção do leite são as mulheres*” é como uma agricultura descreve a divisão do trabalho nas famílias individuais, tendo base a atividade leiteira.

Para Hernández (2010), no contexto da agricultura familiar, a produção de leite é vista como uma atividade importante, pois se torna uma fonte de alimento para a família, além de contribuir ao fornecer uma renda mensal através da comercialização daquilo é considerado como excedente para o consumo familiar. Além disso, a autora comenta:

Constata-se que a produção leiteira voltada à produção familiar é considerada tradicionalmente uma atividade desenvolvida pelas mulheres e o aprendizado das técnicas de produção é passado de mães para as filhas. A este respeito, diversos estudos mostram que existe uma estreita relação entre a mulher e a atividade leiteira, uma vez que a ordenha é predominantemente de responsabilidade feminina [...] a intensidade do trabalho masculino na atividade de ordenha pode estar relacionada com a importância comercial da atividade leiteira na unidade familiar, pois a tendência da participação masculina é menor se o volume de leite produzido é pequeno. Porém, se a produção leiteira assume relevância como fonte de renda, a participação dos homens, via de regra, é mais ativa (HERNÁNDEZ, 2010, p. 110).

Segundo Freitas (2007, p. 10), a divisão do trabalho “determinada histórica e culturalmente, não apenas destina os homens, [...] como também atrela os primeiros às funções de maior valor social”. Para a autora, essa ideia se baseia em dois princípios, o da separação, na qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o da hierarquia, que faz os trabalhos de homens serem mais valorizados. Nesse sentido, Hernández (2010), quando analisa a atividade leiteira na agricultura familiar camponesa, mostra que as mulheres, geralmente, são as responsáveis pela ordenha, especialmente quando essa atividade é realizada de forma manual. Além disso, comenta que quando a atividade é realizada por ordenhadeira é comum a participação dos homens.

Bourdieu (2014, p. 17), em seu livro *A Dominação Masculina*, expõe:

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte.

De acordo com as entrevistadas, a divisão atual do trabalho no interior das famílias é fruto da iniciativa das próprias mulheres, conforme relato de uma agricultora, pois ao longo do tempo as mulheres *“foram pra cima, pegaram as responsabilidades e tomaram peito, pois se esperassem pelos homens muitas coisas não aconteceriam.”* Expressando sobre as responsabilidades assumidas pelos homens no trabalho outra agricultora respondeu: *“Alguns homens são bem acomodados, a mulher tem que tomar a iniciativa de fazer o que tem que ser feito”*.

Embora as mulheres reconheçam as atividades que exercem protagonismo no trabalho agrícola, ficou percebido que para aquelas do modelo individual, de um modo geral, o trabalho é assimilado como uma obrigação natural, onde as responsabilidades e a “chefia” de cada espaço de trabalho, “casa” e “lavoura”, são muito bem definidas (WOORTMANN, 1995). *“Sou a chefe apenas dentro de casa”*, assim descreve uma agricultora sobre as responsabilidades assumidas no trabalho familiar.

Nesse sentido, Kergoat e Hirata (2007) afirmam que a divisão do trabalho está ligada às relações sociais entre homens e mulheres, na qual as esferas econômica e doméstica se articulam, contribuindo para a manutenção das diferenças entre homens e mulheres. Para as autoras, as duas esferas estão estreitamente ligadas, uma estruturando e definindo a outra.

Além disso, ficou evidente em vários depoimentos a percepção de que elas são “ajudantes” do marido na lavoura:

Inês: Eu *ajudo* o meu marido na lavoura, faço tudo o que ele planeja fazer, seja capinar, plantar ou colher.

Isabel: Não que eu esteja acomodada, mas não entendo nada de gado, então essa parte ele cuida sozinho. Já na lavoura eu admito, sou *auxiliar* dele, pois não tomo nenhuma decisão sobre o plantio da nossa lavoura e também não entendo nada de preços.

Para entendermos essa realidade resgatamos as ideias de Stropasolas (2006, p. 152) acerca da consciência da mulher rural sobre seu próprio trabalho. O autor aponta que:

[...] as mulheres têm uma consciência confusa de sua situação nas relações sociais de produção nos espaços rural, na medida em que existe uma

profunda interação entre os diferentes setores da vida. O fato que o essencial de sua atividade se desenvolve sobre uma exploração agrícola familiar, no quadro de uma agricultura de casal, favorece a confusão de papéis sociais, profissionais e familiares e induz a concepção do papel da mulher na agricultura sendo definido muito mais como um modo de vida que como uma profissão.

Nesse sentido, as tarefas executadas pelas mulheres no âmbito da esfera produtiva só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo como ajuda, como uma agricultora comenta: “*a mulher é o principal, mas escondida*”. Paulilo (2004) destaca que a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais está na dificuldade de separar as atividades produtivas e não produtivas e, conseqüentemente, reconhecê-las, pois no campesinato é complexa a separação entre unidade familiar e de produção.

Além disso, a dificuldade de separar o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo também está no fato da atividade agrícola e da vida familiar se desenrolarem no mesmo espaço social, em que as relações sociais do casal são ao mesmo tempo relações de cônjuges e de trabalhadores.

Iolanda: Eu tenho a iniciativa de fazer, embora a maioria das decisões na minha casa é tomada pelo meu marido, ele pede a minha opinião, às vezes não acatando a minha sugestão. Acabo abrindo mão, afinal estou lidando com o marido (*risos da entrevista*).

Inês: Ainda existe o preconceito, é o homem, é o homem e deu. Na verdade, a mulher é colocada pra pegar dinheiro, pra aparecer nas fotos, aparecer ao público, pra ser alguma coisa qualquer. A maioria aceita e não parte pra cima, o movimento até tenta mudar essa realidade, mas quem vai se impor ao marido?

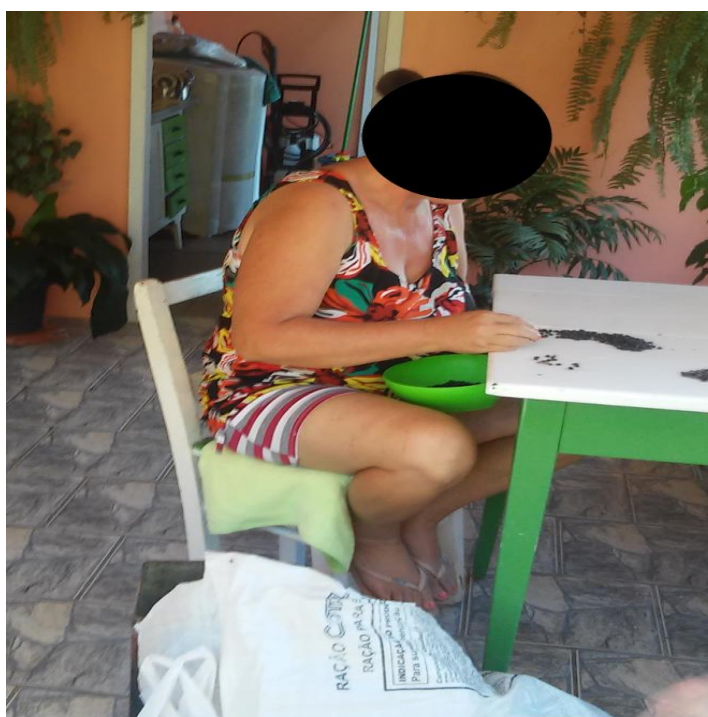
O modelo de agricultura caracterizado no Assentamento Conquista da Liberdade, desenvolvido a partir da unidade familiar é fundamental para a sobrevivência e reprodução de suas famílias, em que é possível observar que nos exercícios dos trabalhos agrícolas os papéis são muito bem delimitados e definidos dentro da família, podendo ser visto como um confronto aos valores hierárquicos existentes uma mulher assumir atividades destinadas aos homens.

Inês: Existe ainda muita mulher mandada, mulher sem opinião própria. Se você for ver aqui no nosso assentamento, são poucas as que se desenvolvem e que colocam suas opiniões e que falam abertamente. Tem algumas que enfrentam os maridos, mas a maioria só faz o que ele quer e se decidem algo que era pra ele decidir vai dar merda.

Durante a vivência no Assentamento, uma das atividades acompanhadas em duas famílias inseridas no modelo de trabalho individual foi à colheita do feijão. Nas

duas famílias a colheita foi realizada pelos homens, em uma família pelo esposo e na outra pelo esposo e seu filho de quinze anos. Além disso, os homens também se responsabilizam pelo preparo do solo, plantio e limpeza. Após a colheita, o feijão é separado em sacos pelos homens, na sequência a atividade foi desempenhada pelas mulheres, que realizam a separação dos grãos estragados. Essa atividade é realizada pelas mulheres dentro de suas próprias casas, trazendo o trabalho agrícola para a esfera doméstica.

Figura 14 - Rotina de trabalho de agricultora individual



Fonte: Imagens da pesquisa

Ainda sobre a colheita e a separação do feijão, foi possível observar a presença marcante da divisão das tarefas em uma das famílias. Nesta unidade familiar observada, a agricultora fez a separação dos grãos na cozinha enquanto acompanhava a novela pela televisão, já o seu esposo tomava chimarrão e assistia à telenovela. O momento é relatado pela fala da agricultora: *“eles colhem e as mulheres separam, é assim que acontece”*. Em outro momento ela comenta: *“a noite ele descansa e eu faço tudo o que tem que ser feito para a feira do dia seguinte”*. Esta situação também demonstrou a dupla jornada de trabalho da mulher, pois enquanto o esposo estava na lavoura à mulher estava fazendo os trabalhos domésticos.

Outro aspecto percebido durante a vivência foi relativo a centralidade nas tomadas das decisões pelos homens das famílias do modelo de trabalho individual, que ficaram evidentes no processo de comercialização do leite para a Cooperativa. Foi observado que é o homem que vai à Cooperativa negociar e realizar a venda da produção. Posteriormente, é o homem que terá acesso aos recursos financeiros oriundos das vendas para a Cooperativa, sendo decidido em conjunto com a esposa, na maioria das vezes, o que comprar com o valor adquirido.

Além disso, foi possível notar que são os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com extensionistas, bancos, cooperativa e vendedores de insumos. Nesse contexto, a mulher é inferiorizada, já que “a desigualdade entre homens e mulheres é socialmente construída” através da atribuição, a ambos, de papéis diferenciados e hierarquizados” (TEDESCHI, 2009, p. 143 apud SCOTT, 2000).

Em estudo sobre assentamentos rurais, Ferrante (1998, p. 274) afirma que “a participação das mulheres nas diferentes estratégias de formação de renda convive com a reprodução de desigualdades e exclusões no âmbito das decisões”. Para a autora, as responsabilidades de homens e mulheres não são tão rígidas em todos os momentos da vida dos assentamentos, pois em alguns momentos ocorre uma relativa cooperação entre homens e mulheres, como, por exemplo, nas definições de ações futuras do lote.

Neste contexto, mesmo as mulheres afirmando que os homens escutam suas opiniões, o protagonismo masculino durante as tomadas de decisões sobre as principais atividades do universo agrícola das famílias nos faz resgatar as ideias de Foucault (1990), em que aborda que o poder é uma ação que se exerce sobre a ação dos outros, na qual integra todas as relações que se estabelecem no dia a dia da vida humana.

Não foi possível observar um consenso entre as entrevistadas sobre o acesso aos recursos financeiros decorrentes das atividades que desempenham. Algumas mulheres, principalmente aquelas que participam da feira livre, apontam que são elas que administram os recursos oriundos da feira, porém, quando questionadas sobre os outros recursos oriundos do trabalho familiar, afirmam que os recursos do trabalho na lavoura são acessados apenas pelos homens. Nestes casos, se verificou que as mulheres não possuem uma renda fixa. Além disso, outra agricultora, já aposentada, afirma que sua aposentadoria é administrada em conjunto com seu

esposo e outra entrevistada afirma nunca ter participado da gestão dos recursos financeiros em sua casa, ficando apenas para seu esposo essa atribuição.

Isabel: Eu nunca peguei dinheiro na mão, só o marido que pega. Eu faço a feira e no final trago o dinheiro pra ele, aqui é ele que cuida das contas.

Ivana: Aqui em casa a gente cuida das contas em conjunto. Eu cuido do dinheiro da feira e ele o restante. Decidimos junto o que vamos pagar, primeiro vem às contas, depois as bobagens.

Foi possível verificar que a inserção das mulheres na feira livre tem contribuído para romper com a ideia de que a mulher está limitada à esfera privada, possibilitando a desconstrução do papel de mulher ajudante, uma vez que essa atividade tem grande protagonismo feminino, seja na produção dos produtos ou na comercialização. Além disso, as agricultoras destacam a troca de conversa com o consumidor como a principal motivação para realizar esta atividade, como descreve uma agricultora: *“a gente sai do nosso mundinho e começa a conhecer outras pessoas”*. Nesse sentido, é válido resgatar as ideias de Foucault (1990) sobre as necessidades de lutar e criar estratégias para dinamizar o jogo de forças que as desigualdades impõem, para que as relações de poder possuam forças mais equânimes.

Figuras 15 e 16 – Espaços da feira Livre



Fonte: Imagens da pesquisa

Ferrari (2013) descreve as feiras livres como um espaço que permite engendrar diferentes relacionamentos com os consumidores e também diferentes

convenções e construções de qualidade dos produtos ali comercializados, onde a troca de conversa fornece um sistema de qualificação e de preocupação com a melhoria contínua do que deverá ser apresentado na próxima feira.

Iolanda: Com a feira a gente (as mulheres) toca o nosso próprio serviço. A mulherada adora ir pra feira, fazemos revezamento no atendimento. O pessoal da cidade reconhece nosso trabalho, reconhece nosso produto, dão elogios e parabéns. A gente volta renovada.

Porém, não se pode idealizar o espaço da feira livre no sentido de promover a autonomia das mulheres, pois só a participação na feira não garante isso. Além disso, o preparo dos produtos para comercialização na feira faz com que as mulheres passem maior tempo dentro de casa, em que é aumentada a rotina e a carga horária de trabalho, na medida em que a procura pelos produtos também aumenta.

Sobre conciliar o trabalho agrícola e o trabalho doméstico, as mulheres do modelo individual afirmam não sentirem muitas dificuldades, pois diferente do grupo coletivo, elas não precisam cumprir horários, porém algumas relatam não gostarem de realizar as atividades domésticas, remetendo que esta atividade é uma obrigação, algo já naturalizado em suas vidas, assim uma agricultora comenta: *“só faço porque tem que fazer”*. Já outra entrevistada relata que *“não tenho aquela neurose, mas gosto de manter as minhas coisas organizadas, não gosto de ver minha casa suja”*.

Isabel: Eu concilio numa boa, tem semanas que não tem muita coisa pra fazer na lavoura, daí fico em casa aproveitando pra colocar a horta em dia, ajeitar as coisas dentro de casa. Claro, que quando for época de limpa na lavoura sobra menos tempo pra cuidar da casa. E fora isso, é o leite que me tira mais tempo, tiro de manhã e à tarde.

As agricultoras destacam o papel da MST e do processo de luta pela terra na compreensão do papel da mulher na agricultura familiar, como afirma uma entrevistada: *“nós não éramos assim, mas o acampamento nos ensinou a olhar muito longe”*. Além disso, destacam que esse processo também possibilitou uma maior valorização do trabalho feminino.

Iara: Eu acho que em muitos lugares a mulheres são consideradas mais como ajudantes, mas aqui no nosso assentamento, por termos passado pelo acampamento, a coisa é um pouco diferente, pois as mulheres são mais valorizadas. Eu sempre digo, o acampamento foi uma escola pra que soube aproveitar.

Neste sentido, é importante destacar o caráter educativo da luta pela terra em que as agricultoras estiveram inseridas, que para Caldart (2000, p. 106), esse processo "costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores de existência social destes trabalhadores e destas trabalhadoras da terra, exatamente porque isto exige a elaboração de novas sínteses culturais". É necessário enfatizar o papel do MST como importante elemento na construção de "um novo homem e de uma nova mulher", assim proposto em seus documentos, os quais propõem valores e contribuem na construção de novas concepções de mundo aos seus integrantes (MST, 2016).

As entrevistadas também relatam que não se sentem reconhecidas, principalmente, pelos homens, como podemos verificar a seguir:

Iara: Eu acho que falta muito reconhecimento, tanto os homens em nos reconhecer o nosso trabalho, como a sociedade em geral, pois a gente sente essa necessidade. É geralmente dentro da família que se reforça a desvalorização, pois quando a criança nasce já é definido um rótulo, menina é rosa, menino é azul. Isso vai se reproduzindo no cotidiano e o trabalho da mulher no futuro vai ser menos valorizado.

Neste sentido, resgatamos a ideia de que a mulher é uma categoria cultural e histórica perpassada pelas relações sociais e de poder, uma construção social que na vida destas mulheres é estabelecida a partir das relações entre mulheres e homens, dos significados atribuídos ao feminino e ao masculino na família, no trabalho e na dinâmica do assentamento (SCOTT, 1995).

Perguntadas sobre as diferenças no reconhecimento entre o modelo atual em que estão inseridas e ao modelo coletivo, visto que todas as mulheres inseridas no modelo individual um dia já fizeram parte da experiência coletiva, elas destacam novamente os sentimentos de autonomia e liberdade proporcionados pelo modelo individual.

Inês: Com certeza, pois nós do modelo individual somos livre e temos a nossa própria opinião, lá elas tem alguém que faz elas pensar tal coisa, sempre tem alguém pra influenciar elas. Na Cooperativa eu era mandada, hoje não é assim.

Sobre como observam o trabalho das mulheres do modelo coletivo hoje em dia, uma agricultora comenta:

Isabel: Elas só fazem aquilo que mandam, trabalham muito e de forma não muito justa e nenhuma é liderança, mas também não acho que existam diferenças no reconhecimento, pois nós também temos muito que avançar.

5.1.2 O trabalho das mulheres do grupo coletivo

Atualmente, a Cooperativa conta treze famílias cooperadas, sendo que apenas sete mulheres trabalham de forma direta, as demais atuam apenas nas atividades domésticas no interior de suas casas. O trabalho é dividido a partir de equipes, sendo que as mulheres desempenham atividades, em sua maior parte, na equipe da usina do leite, na qual se responsabilizam, principalmente, pela pasteurização do leite, na equipe da ordenha e na equipe da horta. A rotina de trabalho desenvolvida pelas entrevistadas do modelo coletivo é descrita da seguinte forma:

Conceição: Nós somos divididas em equipes, eu sou da equipe da usina, que é pasteurizar o leite, fazer todas as análises do leite depois que ele chega na usina. Eu e mais três pessoas somos responsáveis por pasteurizar, embalar e encaminhar para venda. Então, a gente embala para venda. Somos três mulheres e a gente se divide, uma semana eu pasteurizo e faço os testes, na outra eu lavo as caixas que foram para a cidade com os leites e voltaram sujas, e faço queijos. Claro, que sobrando tempo vou capinar, arrancar mandioca e colher feijão. Durante a semana é isso. Quando alguém da equipe do leite saiu, a gente vai ajudar. Hoje, por exemplo, eu estou na equipe da ordenha. Então, são várias atividades.

Carla: Agora estou no leite, mas antes era da horta, já passei por vários setores na cooperativa. A rotina do leite é todo dia às seis da manhã, tirar leite, tratar leite. Lá no leite é um trabalho que estressa, pois todo dia é a mesma coisa, lá na roça é diferente.

Cecília: De uns três anos pra cá eu trabalho mais no leite, na ordenha do leite e na indústria de leite, que é a fabricação do leite pasteurizado. E talvez padaria se sobrar tempo. E também um pouco da lavoura, hoje não estamos mecanizando a lavoura, não estamos usando agrotóxicos.

A Coopava, em sua organização interna, possui um Conselho em que as decisões são tomadas para, posteriormente, serem decididas na Assembleia Geral, a qual é a instância superior da organização. A tomada das decisões se dá por meio de votações com a participação de todas as famílias inseridas. A terra é usada de forma coletiva entre todas as famílias deste grupo e as decisões sobre o uso da terra são realizadas através de acordo coletivo entre as famílias. A divisão dos valores entre os agricultores e agricultoras é realizada conforme a participação individual, para isso é utilizado um banco de horas que fixa o valor da hora, assim o valor recebido por cada pessoa é correspondente ao número de horas trabalhadas (ARAUJO, 2009).

As relações sociais que se estabelecem na Cooperativa são artifícios de conflitos e de discussões constantes, podendo ser compreendida pelo significativo número de famílias que migrou para o modelo de trabalho individual. De acordo com Lechat (1996) o modelo de produção coletivo proposto pelo MST possui um caráter político, em que a forma de trabalho potencializa diversas reuniões para que todas as questões sejam discutidas de forma democrática. Sobre as experiências de cooperação no interior do MST, o autor aponta:

Não existindo mais a hierarquia de poder tradicionalmente presente na produção familiar nem a relação proprietários assalariados, novas relações de poder estão em formação, bem como a resistência a elas. Isto leva a uma situação continuamente conflituosa e potencialmente explosiva, na qual as diferenças tradicionais de gênero, idade e origem étnica estão também presentes e são constantemente manipuladas, o que resulta numa distribuição desigual de poder (LECHAT, 1996, p. 107).

A organização em grupo coletivo modificou o trabalho e a representação tradicional de agricultura familiar, mas também modificou as formas de como se estabelecem as relações hierárquicas, já que na Cooperativa a relação entre homens e mulheres não é a de cônjuges. Entretanto, não quer dizer que os homens não fazem parte do topo da hierarquia, pois são eles que assumem a chefia da produção, cuidam das atividades financeiras, além de realizarem as negociações.

No que tange à representatividade das mulheres, no momento da pesquisa, nenhuma delas ocupava função de liderança ou chefia na Cooperativa. As interlocutoras, em suas falas, atribuem este fato à dificuldade de conciliar o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos com as reuniões da Cooperativa, porém todas relatam participar das assembleias. A partir deste fato, uma interlocutora resumiu: *“a mulher está no comando, mas ao mesmo tempo não está”*. Este relato faz lembrar a segunda proposição de gênero desenvolvida por Scott (1995, p. 87), em que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

O que parece levar as mulheres a não ocupar cargos representativos na Cooperativa é a dupla jornada, conforme uma agricultora *“umas querem mais é se livrar de muitas responsabilidades, pois já possuem a rotina de casa e dos filhos”*, já outra entrevista relata: *“possuímos muitas mulheres com condições de lidarem, mas elas não querem, eu também não quero”*.

Bourdieu (2014, p. 60), em seu livro “A dominação masculina”, estuda a divisão sexual da sociedade da Cabília, em que comenta:

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribuiu aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, e em particular de todas as trocas de honra, das trocas de palavras (nos encontros cotidianos e sobretudo nas assembleias) [...].

Lechat (1996, p. 123), estudando a questão de gênero no MST, destaca que as mulheres "entraram na política não como seres assexuados, mas enquanto mulheres, mães de família participando de tudo, mesmo estando grávidas e levando consigo os bebês de colo". Neste contexto, duas entrevistadas apontam:

Conceição: Com o passar do tempo, às mulheres foram se arredando, porque chegam a suas casas e precisam fazer o serviço, tem os filhos. Para o homem é mais fácil participar das reuniões, aí acabou que com o tempo ficou só os homens tomando as decisões. [...] Agora, por exemplo, eles estão de reunião com a EMATER e as mulheres estão limpando o salão. Fomos distanciando, não porque a gente quis, mas porque os afazeres do lar nos exigiram.

Cecília: Umas querem mais é se livrar de muitas responsabilidades, pois já possuem a rotina da casa e dos filhos. Possuímos muitas mulheres com condições pra liderar, mas elas não querem, eu também não quero.

Não foi só o fato de não ocuparem cargos representativos que transpareceu, mas também a posição subordinada destas mulheres no exercício de suas atividades e na tomada de decisões cotidianas, aquelas que não vão para apreciação em assembleia. Além disso, muitas vezes o trabalho destas mulheres na Cooperativa representa uma extensão do trabalho que elas executam em suas residências, como por exemplo, a responsabilidade pelas atividades domésticas. Em alguns processos da fabricação dos produtos lácteos a mulher foi conduzida a fazer atividades desempenhadas por elas em seus lares, como tarefas de limpeza.

Neste contexto, Tedescchi (2009, p. 147), estudando a divisão sexual do trabalho, comenta:

A argumentação que usa a natureza para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e do feminino. A imagem do feminino está ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas no espaço público.

Nesse sentido, se faz necessário resgatar a contribuição de Foucault (1987), pois o autor aconselha que relações de poder não são estáticas e muito menos param na relação entre dominador e dominado, visto que o poder não estar localizado em um lugar específico, pois as relações de poder estão em constante

interação. Para o autor, o poder está na micropolítica, estando presente nas relações cotidianas, em que circula entre as pessoas, ou seja, não está nas pessoas.

Figuras 17 e 18 - Rotina de trabalho de agricultora do grupo coletivo



Fonte: Imagens da pesquisa

Dessa forma, a mulher entrou na vida pública através da Cooperativa, mas não abandonou o espaço privado, pois ela ainda continua sendo a responsável pelo trabalho doméstico, o que leva à manutenção e reprodução das relações familiares já estabelecidas. Neste sentido, Ferrante (1998, p. 267), ao discutir os modos de vida de famílias assentadas, destaca a inserção das mulheres em espaços de discussão e de decisões políticas, em que evidencia que em “reuniões e assembleias as mulheres se colocam próximas às portas, como se de fato estivessem prestes a sair de um espaço que não é o seu”.

Como já exposto anteriormente, além das atividades na Cooperativa, as mulheres também são as responsáveis pelos afazeres domésticos em suas casas, como mostra o relato de uma agricultora sobre sua rotina diária:

Conceição: Em casa eu faço tudo sozinha. Faço todas aquelas coisas que odeio. Levanto, me ajito, vou arrumar café, tratar as galinhas e os cachorros, vou à Cooperativa, volto e faço almoço. Depois volto para o trabalho, volto pra casa e daí é a mesma coisa, faço comida, limpo a casa,

ajeito as crianças. Eu tenho horror de limpar a casa porque daqui a pouquinho tem que fazer tudo de novo. Suja muito rápido, porque é criança pra dentro e pra fora.

Igualmente ao grupo individual, as mulheres são as responsáveis pelo trabalho doméstico, na qual são auxiliadas, geralmente, por suas filhas. Cabe destacar que no interior da casa, as mulheres possuem a autonomia para tomar decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidados da casa e da roupa e, em alguns casos, o controle dos recursos designados ao consumo doméstico da família.

No interior das famílias as tomadas de decisões são descritas da seguinte forma:

Conceição: Todo mundo junto. Tinha uma época que a gente resolvia mais nós dois, mas depois chegamos a uma decisão do que era pra fazer com o dinheiro. Daí, nós achamos por bem de conversar com as filhas pra elas compreenderem o dinheiro que nós temos e qual a prioridade pra comprar tal coisa, pois às vezes elas queriam uma coisa que não tinha nada a ver. Então, a gente conversa todo mundo junto pra ver se é prioridade e elas participam da conversa numa boa.

Sobre conciliar o trabalho agrícola e o trabalho doméstico, as mulheres do modelo de trabalho coletivo mostram maiores dificuldades do que as mulheres inseridas no modelo individual. Assim, relatam as interlocutoras:

Conceição: Tinha um tempo que eu era meio doidinha, queria tudo impecável dentro de casa, daí chegava e fazia até a noite a limpeza. Ele (esposo) me ajudava um pouco e depois já ia dormir e eu não parava até que tudo ficasse limpinho. De um tempo pra cá eu comecei a pensar, se todo dia eu faço a mesma coisa, não adianta. Hoje eu chego da Cooperativa e faço o básico, chego na hora do almoço e faço alguma coisa, descanso se dá tempo, dependendo da atividade. Às vezes eu deixo tudo pra fazer na volta.

Cecília: Tem dias que é corrido, que eu acho que não vou conseguir fazer tudo, tem que fazer comida, limpar a casa, mas nada é fora do normal, no fim a gente faz tudo. [...] sempre planejo o que vou fazer, pois não dá pra fazer tudo no dia, tenho que ir vendo o que é mais importante.

Duas mulheres relataram preferir exercer as atividades da Cooperativa, mesmo com a dureza do trabalho, do que as atividades domésticas. Elas apontam que preferem exercer essa atividade, usando justificativas como; *“Em casa a gente faz porque tem que fazer”*. Este fato também pode ser explicado pela invisibilidade do trabalho doméstico e por esta atividade não gerar remuneração. Neste sentido, Tedeschi (2009, p. 158) expõe que “o trabalho doméstico da dona de casa, seu valor e esforço, sua contribuição ao bem estar social, não é reconhecido como trabalho e não se reveste, portanto, de prestígio social”.

Portanto, sobre as dificuldades enfrentadas e tarefas que não gostariam de exercer as mulheres comentam:

Cecília: Faz três anos que estou na indústria do leite. Acho que o que poderia melhor é a questão do trabalho manual, pois a gente faz muita força com as caixas de leites. Eu gosto bastante de trabalhar na indústria, porque lá a gente termina o dia de forma limpinha. E em casa a gente faz sem gostar.

Conceição: Eu prefiro ir trabalhar na lavoura a ter que ficar limpando a casa, fazendo comida. Eu não gosto de fazer sempre a mesma coisa. A dificuldade maior é a preguiça.

No Assentamento Conquista da Liberdade, tanto as mulheres do grupo coletivo como as do modelo individual se responsabilizam pelo quintal de suas casas, cuidando da horta e dos pequenos cultivos para o consumo da própria família, além do cuidado de animais de pequeno porte destinados ao consumo direto da família. Porém, essas atividades, por não serem contabilizadas em valores monetários, não são percebidas para as mulheres entrevistadas como trabalho.

Os recursos financeiros provenientes do trabalho das mulheres na Cooperativa passam integrar a renda familiar, sendo administrados em conjunto com os recursos de seus esposos, como é descrito na seguinte fala:

Carla: Assim, eu e o marido somos sócios da Cooperativa, cada um recebe seu dinheiro. Eu e ele decidimos juntos o que vamos fazer com o dinheiro.

Outro aspecto analisado foi às condições de trabalho, em que se verificou que as mulheres do modelo de trabalho coletivo estão inseridas em condições mais desgastantes que as mulheres do modelo individual, visto que enfrentam rotinas de trabalho mais pesadas e menos flexíveis. Elas apontam que “*sempre lutaram para fazer tudo que os homens fazem*”, inclusive as atividades que exigem maior força física. Nesse sentido, também se constatou que a Cooperativa não possui programas ou ações para cuidar do bem-estar das agricultoras.

Carla: Têm coisas que eles fazem que não podemos fazer, por causa da força física, mas tem coisas que a gente faz de teimosa e se arrebenta. A gente sempre defendeu que a mulher e o homem tem que ser igual, possuem seus deveres para trabalhar de forma igual. Quando era mais nova eu fazia de tudo, mas começa vim os problemas. Eu mesma estou com meu útero descendo, acho que vou ter que ir pra cirurgia, duas tiveram que fazer correção de bexiga e o outras estão com a bexiga baixa, tudo isso por causa da força física, que segundo os médicos a gente faz muita força na lida. Nunca ninguém se preocupou com isso, nem homem e nem mulher. Os homens também possuem seus problemas de saúde, mas aqui no assentamento parece que não é tão evidente. Eu trabalhava no trator,

descarregava caminhão, levantava nas costas saco de 40 kg de ração animal, e tudo coisas que eram normais para mulheres fazerem.

Em relação à percepção sobre o reconhecimento do trabalho, uma agricultora relata: *“não posso dizer 100%, pois às vezes na Cooperativa tem pessoas que não reconhecem”*. Já outra entrevistada expõe: *“em casa sempre reclamam da comida feita ou acham que poderia ser feita alguma coisa de outro jeito”*. Neste contexto, o que é possível perceber é que a mulher não quer disputar a autoridade na família, mas deseja uma posição menos desigual, tendo seu trabalho reconhecido.

As agricultoras comentam que nem sempre a divisão do trabalho é justa, pois as mulheres foram *“decidindo ocupar espaços de trabalho que eram realizados por homens”*. Neste sentido, é notório que o trabalho reforça a invisibilidade feminina, representando um dilema para o reconhecimento do trabalho da mulher em atividades produtivas e domésticas.

Fora da Cooperativa, a mulher é reduzida à esfera doméstica igualmente ao grupo individual, sendo que será no interior da família que os papéis sociais de gênero serão constantemente estabelecidos e reestabelecidos. Assim, a construção social dos gêneros se sustenta numa rígida divisão do trabalho (SCOTT, 1995).

Carla: Eu gosto de trabalhar muito na lavoura, mas não acho justa a divisão do trabalho em casa. O que me incentivava era que ele me ajudava em casa, agora ele está com mais idade, chega do trabalho e já vai dormir. Eu já falei pra ele me ajudar mais em casa, pois se ele não ajuda a coisa complica e fica muito puxado sozinho.

Sobre o trabalho das outras mulheres do modelo individual, ficou evidente que percebem que suas jornadas de trabalho são mais longas que as delas, possuindo menor tempo livre, além de expressarem que as mulheres do modelo individual possuem maior liberdade no exercício do trabalho.

Conceição: A rotina é diferente, não precisam cumprir horário como nós, daí ficam mais em casa. Teve até uma que me falou logo que saiu da Cooperativa: *“vai lá à minha casa, pois agora tenho tempo pra te receber”*.

Carla: Eu não vejo muita diferença no trabalho em si, a única diferença é que a família individual manda no seu lote e faz o que quer nele, onde a mulher pode conversar direto com o marido aquilo que vai fazer. Nesse sentido, as do individual têm mais liberdade pra fazerem o que querem.

Neste último depoimento é exposto por uma agricultora da Cooperativa que as mulheres do modelo individual *“podem conversar direto com o marido”*. Este é um fato marcante, visto que nas relações familiares estão presentes outras variáveis de poder, dependendo da relação do casal e da família, além das relações afetivas

envolvidas. Neste sentido, podemos apontar que no contexto coletivo as mulheres sentam um maior controle, por isto elas apontam a conversa direto com o marido como um fator positivo, diferentemente do coletivo que as decisões são tomadas em um contexto da Cooperativa.

5.2 A PERCEPÇÃO SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA E A ATUAÇÃO NO MST

Depois de abordarmos o trabalho da mulher no Assentamento Conquista da Liberdade, outros aspectos referentes à vida das mulheres se fazem necessários abordar. Neste sentido, foram destacamos assuntos que estão relacionados com a condição feminina e que podem contribuir com uma maior visibilidade da mulher, como: a percepção sobre ser mulher; a relação entre as mulheres no assentamento; o lazer e hora de folga; a percepção sobre a igualdade de gênero no assentamento; e, por fim, a atuação no MST e a percepção sobre o papel do Movimento no combate às desigualdades de gênero.

Sobre ser mulher, as agricultoras apresentaram diferentes percepções, sendo que em todas elas são expostas as desigualdades de gênero.

Inês: Ser mulher não é nada bom, queria ser homem na próxima vida. Tudo cai em cima da mulher, é mulher sendo dona de casa, é mulher na lavoura, a mulher faz tudo. A mulher é uma lutadora natural, ela nasceu pra lutar. Eu sempre digo para meu marido: “na próxima encarnação eu quero ser homem, mas quero pegar você de minha esposa”, só pra ele ver o que eu sofro..

Iara: A mulher sempre foi rejeitada, ela nunca teve um espaço de participação, teve várias funções durante a sociedade, mas sempre submissa do marido.

Conceição: A mulher já conquistou muito espaço na sociedade, eu sou jovem, mas vejo muita diferença de quando era criança, mas a mulher ainda é muito sofrida, muito marcada. Tem muitas coisas que a mulher ainda não pode fazer, por exemplo, a liberdade da mulher em si ainda não é o ideal. Quando eu era moça não podia sair de casa sozinha, pois tinha piá que ia de atrás, hoje em dia a coisa já mudou bastante e evoluiu sobre isso.

“Quem não é comadre de uma é comadre da outra, somos todas comadres” é como uma agricultora relata a relação entre as mulheres no assentamento. Nesse sentido, foi percebida uma relação harmônica entre as mulheres, mesmo que às vezes estejam envolvidas em conflitos.

Conceição: A relação entre as mulheres é muito boa, conversamos e nos visitamos independente se somos da Cooperativa ou não.

Foi possível observar que atualmente somente as mulheres do modelo de trabalho individual possuem grupo organizado de mulheres, no qual se reúnem no aniversário de cada assentada. Nesses encontros são realizadas atividades descontraídas entre as mulheres, como o jogo do bingo, onde são sorteados prêmios entre as próprias mulheres. É importante salientar que este grupo não é restrito apenas às agricultoras do modelo individual, as demais mulheres também podem participar, porém não costumam participar. As mulheres do grupo coletivo relataram que no passado possuíam um grupo organizado, porém a rotina de trabalho da Cooperativa fez com que o grupo perdesse sua força. Assim, relata uma agricultora: *“a gente quer mais é ir pra casa e descansar”*.

Depois de apresentar elementos sobre o trabalho das agricultoras, se faz necessário verificar a visão das mulheres sobre como ocupam seu tempo livre e quais são suas atividades de lazer. Foi possível perceber, através das entrevistas, um descontentamento em relação ao tempo livre dos homens, pois pelo relato das agricultoras eles possuem suas horas de folga, já as mulheres nesses momentos possuem os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos.

Iolanda: Tem homens que todo final de semana vão para o bolicho e a mulher não tem folga, ela tem que ficar em casa tomando conta.

Sobre como observam a igualdade de gênero no Assentamento, algumas agricultoras relatam que os homens e as mulheres vivem de forma igualitária, já outras vão a outra direção, apontando que: *“existe muita coisa para avançar para a mulher viver de forma livre”*. Abaixo, alguns depoimentos:

Iara: Eu acho que não. A luta de gênero é bem mais difícil que a luta de classe, pois na luta de classe tu tens um inimigo e quer combater, já na luta de gênero você não tem, tem o teu parceiro que é teu esposo, que ama e que é pai dos teus filhos.

Inês: Aqui no assentamento nós vivemos de forma igualitária, embora mulher precisa se reconhecer e muitas vezes ela ainda não se reconhece, ela espera muitas vezes que alguém dê espaço, mas ninguém vai dar esse espaço.

Cecília: Eu acho que sim, faz 24 anos que moro aqui no assentamento e nunca vi nenhuma mulher se queixar de alguma coisa.

As agricultoras também contaram sobre violência doméstica e preconceito. Neste sentido, afirmaram nunca terem sofrido qualquer tipo de abuso por seus

companheiros, mas relataram que no passado uma assentada era vítima constante de violência doméstica, fato descrito com bastante indignação e repulsa pelas interlocutoras.

Conceição: Uma vez aconteceu aqui no assentamento, era com uma vizinha. A mulher teve depressão pós-parto e o homem se aproveitava para bater nela, ele era estúpido e batia pra valer, mas graças a Deus ela separou dele e foi morar na cidade.

Entretanto, as agricultoras evidenciaram serem vítimas constantes de preconceitos por serem mulheres. Elas identificam como preconceito a linguagem machista por parte de alguns homens, além de descreverem situações em que os homens passam a praticar condutas descritas como inadequadas como, por exemplo, frequentar bares.

Ivana: Machismo mesmo tem sempre, principalmente a beberagem dos maridos, eles vão para os bolichos e voltam querendo ser os tal com as esposas.

Inês: Às vezes saem falando das esposas para os outros com palavras machistas, acho isso o fim da picada. Deus me livre!

O MST, como mostrado no capítulo três dessa dissertação, possui em suas instâncias um setor de gênero, no qual vem desenvolvendo discussões e ações para promover o protagonismo das mulheres nos acampamentos e assentamentos, além de contribuir estimulando a luta pela autonomia da mulher na sociedade. Para uma entrevistada, o papel do MST em contribuir com a igualdade de gênero é visto da seguinte forma:

Inês: Fizeram-se vários debates dentro do movimento sobre o despertar das mulheres, além de que várias linhas políticas foram tiradas para garantir, pois às vezes não adianta só falar que tem que participar, mas coisas que garanta essa participação, então se criou várias linhas dentro do movimento.

Para Filipak (2012, p.10), as mudanças na vida de mulheres inseridas em movimentos sociais do campo aparecem quando elas começam a se reconhecer como trabalhadoras, produtoras e cidadãs, passando a valorizar o trabalho que realizam e as ações em que estão inseridas. Segundo o autor, “tais mudanças ganham força a partir do momento, em que elas começam a organizar-se em grupos autônomos e a mobilizar-se em busca de condições socioeconômicas melhores e sustentáveis para suas famílias e a comunidade”.

Carla: Eu acho que se não fossem as mulheres o Movimento não teria hoje seus mais de 30 anos, não teria atingido a dimensão que ele atingiu, pois as mulheres participaram desse processo, construíram esse movimento.

Porém, as entrevistadas relatam que atualmente as ações do MST para a igualdade de gênero enfrentam grandes dificuldades para se chegar à base do Movimento. Além disso, nem todas as mulheres participam das ações do movimento, algumas relatam desinteresse e outras mostram que com o passar do tempo foram se distanciando das atividades.

Por fim, interessa saber sobre os sonhos e planos de futuro das agricultoras. Neste sentido, foi possível verificar que algumas mulheres constroem seus sonhos relacionados à atividade agrícola, como a busca de uma maior estabilidade econômica e a sucessão rural.

Ivana: O grande sonho da gente é que alguém possa tocar essa experiência que está sendo construída no assentamento [...]. A gente está ficando velho e tudo isso que a gente construiu alguém vai ter que tocar, pois foi muita luta pra conquistar tudo isso aqui. Espero que possamos continuar participando desse processo, mesmo estando velhinha de bengala.

Já outras mulheres, ao afirmarem seus sonhos, nos mostram desejos de retomar os estudos, de relações de gênero mais igualitárias e de também poder fazer atividades realizadas pelos homens como, por exemplo, andar de moto.

Inês: Ai meu deus! O que vou te falar? Ai... Vou te dizer de uma coisa bem boba que sonho em fazer, gostaria muito andar de moto, mas aqui em casa é só ele (esposo) que anda [...]. Ele sempre me falou que andar de moto não é coisa pra mulher fazer, pois ele fala que se eu for engarupada vão ficar me olhando, mas não acho isso. Um dia ainda vou ir de um lugar ao outro de moto, ah se vou! Eu vejo na TV um monte de mulher correndo estrada. Será que consigo? Quem sabe um dia.

Este último depoimento foi bastante significativo na construção desta dissertação, pois durante os dias vivência no Assentamento Conquista da Liberdade pude acompanhar com esta agricultura as atividades da família. Como esta unidade familiar pertence ao grupo individual seu lote é afastado da agrovila, cerca de 5 km. Por três dias acompanhei o casal até seu lote, o esposo se dirigia até o destino de motocicleta, já Inês e eu íamos a pé. Primeiramente, acreditava que ela optava por não utilizar a motocicleta com seu esposo para não me deixar caminhando sozinho pela estrada, visto que não conhecia a localidade, porém ao escutar seu sonho de vida pude perceber que aquela realidade não era uma mera escolha momentânea, mas o seu destino. Dessa forma, percebia que a dominação masculina estava

expressa de todas as formas e que seus sonhos eram, mesmo que de forma inconsciente, o desejo de romper tal dominação.

PARA NÃO CONCLUIR!

Toda pesquisa acadêmica, por mais objetiva que seja, nos coloca a grande responsabilidade de concluir. Minha intenção não é a de encerrar o debate da temática discutida ao longo desta dissertação, mas colaborar com o seu fortalecimento em novas pesquisas e reflexões que tenham a intenção de mostrar a realidade das relações de gênero no rural, contribuindo para a transformação destas relações rumo à igualdade.

A partir das singularidades apresentadas sobre as relações sociais que as mulheres desta pesquisa estão inseridas e da proposta teórica das relações de gênero, me faz pensar em não propor um modelo ideal de trabalho e de relações de gênero. Aqui, o que me interessa é analisar os resultados do estudo, descortinando suas desigualdades e compreendendo como ocorre a construção social dos gêneros a partir do trabalho.

Este trabalho, que teve como objetivo analisar as relações de gênero no Assentamento Conquista da Liberdade a partir da compreensão de suas agricultoras sobre o trabalho, me permitiu conhecer a dura realidade na qual as mulheres estão inseridas, tendo seu trabalho inferiorizado ao mesmo tempo em que homens ocupam os espaços de decisão. Neste sentido, vista a complexidade de abordar a desigualdade de gênero, primeiramente, cabe destacar o protagonismo das mulheres na construção do espaço social em que estão inseridas e a sua importância no desenvolvimento da agricultura familiar camponesa.

O Assentamento estudado é um espaço de múltiplas relações sociais, sendo que a vida em comunidade é construída a partir de vários aspectos, seja através da interação que o trabalho provoca entre as famílias e até mesmo a partir de elementos como a religiosidade e as festas em comunidade. Todos estes espaços são estabelecidos a partir de uma profunda divisão nos papéis sociais de gênero.

O processo de luta pela terra e a inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tiveram uma implicação educativa para as famílias, sobretudo para as mulheres, no que se refere ao reconhecimento de seu papel na agricultura, porém é preciso destacar que ainda falta um maior entendimento e valorização por parte dos homens e da sociedade sobre o trabalho desempenhado pelas mulheres. Além disso, as próprias mulheres ainda não reconhecem como trabalho todas as

atividades que desempenham, principalmente aquelas realizadas na esfera doméstica, e percebem ser ajudantes de seus esposos em outras atividades, especialmente naquelas ligadas ao trabalho agrícola.

Algumas interlocutoras do modelo coletivo, ao serem questionadas sobre as atividades desempenhadas, citaram somente o trabalho realizado na Cooperativa, entretanto ao serem interrogadas sobre trabalho doméstico e pelos pequenos cultivos, como a horta, elas se reconheciam como agricultoras. Nesse sentido, cabe apontar que estas mulheres se reconhecessem como uma espécie de “operárias” da Cooperativa, internalizando esta atividade com a principal de suas vidas.

Já as mulheres do modelo individual comentaram que são elas as responsáveis pelas atividades domésticas e pelos pequenos cultivos, realidade que pode ser compreendida pelo fato de seus cultivos e produtos produzidos na esfera doméstica serem comercializados em feira livre, gerando valor econômico, diferentemente do grupo coletivo, que utiliza esta produção apenas para subsistência.

A representação do homem como chefe da família é constantemente construída e evidenciada, o que favorece o pensamento das mulheres de que a atividade produtiva possui protagonismo masculino e que elas são ajudantes de seus esposos no que se refere ao trabalho agrícola. Neste contexto, é importante destacar que a principal marca da dominação masculina no Assentamento Conquista da Liberdade são as responsabilidades das atividades domésticas às mulheres, gerando a dupla jornada de trabalho para as mesmas. Esta constatação serve tanto para a realidade de trabalho coletivo como para o modelo individual.

Também se ressalta que as famílias, inclusive as próprias mulheres, sem perceber, reforçam os papéis sociais de gênero. Das meninas, por exemplo, foi possível perceber que é exigida a ajuda no preparo da comida, atividades de limpeza dentro da casa e auxílio no cuidado dos irmãos mais novos, contribuindo para o fortalecimento do estereótipo de dona de casa, mãe, esposa e dependente do homem para sobreviver. Por outro lado, os meninos são incentivados a auxiliarem nas atividades agrícolas, contribuindo para eles se reconhecerem na esfera pública, identificando aquelas atividades como profissão. Neste contexto, cabe destacar que esta reprodução dos “papéis tradicionais” de gênero, reproduzidas também pelas próprias mulheres, é um fator importante para a sustentação da dominação masculina no âmbito do trabalho e da família.

De acordo com a divisão do trabalho apresentada e a desvalorização do trabalho feminino presente no interior das famílias, entre outras questões, cabe destacar a relação entre a invisibilidade do trabalho das mulheres e o êxodo rural. O crescimento da saída dos jovens para a cidade, principalmente das moças, somada ao envelhecimento da população do Assentamento, podem evidenciar a dificuldade de renovar quadros na Cooperativa e de permitir a sucessão rural, de um modo geral.

As mulheres inseridas nos dois modelos de trabalho reconhecem que muitas vezes são as que mais trabalham em uma determinada atividade, percebem que estão inseridas em condições de trabalho mais desgastantes, sentem as dificuldades para conciliar o trabalho agrícola e o doméstico e alegam que ocuparam alguns espaços por iniciativas próprias. Para elas, o Assentamento não teria atingido a dimensão que possui se elas não tivessem tido a ousadia de realizar atividades anteriormente conduzidas pelos homens.

Neste sentido, foi possível perceber que tanto a experiência de trabalho coletivo com o modelo de trabalho individual tem contribuído para sustentar desigualdades entre os homens e as mulheres, que se apresentam a partir de uma naturalização da divisão do trabalho. Esta divisão do trabalho impossibilita a participação feminina nos espaços de liderança, estabelecendo aos homens o poder das decisões, além de produzir sobrecarga e a desvalorização do trabalho da mulher.

Foi possível verificar que as mulheres tiveram um papel importante na consolidação da Cooperativa e na própria história do Assentamento, apesar do cuidado da casa e das crianças ter reduzido sua participação nos cargos representativos. Efetivamente, existe no modelo coletivo um número proporcionalmente maior de mulheres dedicadas, exclusivamente, ao espaço doméstico do que alguns anos atrás. Apesar de no passado algumas mulheres terem feito parte da equipe de liderança, ainda são os homens que possuem as informações políticas, econômicas e sociais, internas e externas da Cooperativa, realidade que também se apresenta no modelo de trabalho individual.

O modelo de trabalho coletivo difere do modelo de agricultura familiar individual, em que o trabalho e a terra são propriedades do núcleo familiar. No coletivo, a terra passou a ser vista como espaço para o exercício de relações de trabalho e produção sob o controle coletivo das famílias. Porém, quando as famílias

extrapolaram os limites das unidades familiares em que estavam inseridas antes de chegar ao Assentamento e se inseriram na Cooperativa, carregaram em suas práticas as mesmas relações de poder, permitindo a manutenção de relações de gênero desiguais e estruturando uma profunda subordinação das mulheres no espaço organizacional.

O sentimento de liberdade constantemente relatado pelas agricultoras sobre o trabalho no modelo individual, inclusive apontado pelas mulheres do modelo coletivo, demonstra que a participação na Cooperativa implica naturalmente uma perda de autonomia, visto que no espaço organizacional novas relações de poder são estabelecidas. Isto também explica o reconhecimento, por parte das mulheres da Cooperativa, em estarem submetidas a um maior controle.

Vale destacar que os espaços de debate, reflexão e formação no Assentamento, atualmente, são raros, visto que no passado, de acordo com o relato das mulheres, era uma prática bastante estimulada pelo Movimento e incorporada pelos assentados e pelas assentadas. Através dos depoimentos das agricultoras, identifica-se que no início do assentamento havia uma maior participação das mulheres na gestão do mesmo. Neste contexto, é oportuno salientar que o MST incentiva à participação das mulheres em espaços de liderança e a estimula a luta pelo reconhecimento do trabalho feminino em seus princípios, porém ainda parece existir um caminho muito longo para o alcance da igualdade de gênero em todas as suas instâncias.

Neste sentido, cabe destacar que os dois modelos de organização de trabalho presentes no Assentamento, individual e coletivo, utilizam mecanismos de dominação masculina. Esta mesma dominação perpassa vários campos e espaços sociais, estando presente na Cooperativa, nas unidades familiares e na feira livre.

Por fim, as mulheres do Assentamento Conquista da Liberdade, a partir de suas falas, mostraram como vivenciam relações de trabalho desiguais, criando sonhos a partir de desejos de relações de gênero igualitárias. Em linhas gerais, elas descortinaram injustiças e demonstraram que na busca pela igualdade de gênero não se deve *temer jamais!*

É preciso descortinar todo tipo de desigualdade!

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1999.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- ARAUJO, F. A luta continua depois de conquistá-la: uma visão acerca do Assentamento Conquista Da Liberdade. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009.
- ARAUJO, I. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- BARBOSA, M. L. Olhares para o engajamento político e para as relações das mulheres com a terra: apontamentos sobre os processos de emancipação no contexto rural. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Florianópolis, 2013.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980. v. 2.
- BERGAMASCO, S.; NORBER, L. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERNARDI, C. **Agricultura familiar e organizações cooperativas: a luta social das agricultoras familiares camponesas**. Dissertação (Mestrado) em Educação nas Ciências. Universidade Regional do Noroeste do rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura familiar do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.
- _____. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO, M. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. ; o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.
- _____. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELAV, C.; ALMEIDA, R.; ALMEIDA, J. **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

BRUMER, A; FREIRE, N. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, ano XI. p. 305-322, 1984..

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOSO, C. **Escravo ou Camponês? o protocampesinato nero nas américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CORDEIRO, R. Gênero em contextos rurais: a liberdade de ir e vir e o controle da sexualidade das mulheres no sertão de Pernambuco. In JACÓ-VILELA, A.; SATO, L., (orgs.). **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

CRUZ, M. **A mulher na igreja e na política**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ESMERALDO, G. Mulheres da Via Campesina: ação política por novas formas de libertação. **Anais do VIII Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Florianópolis, 2008.

FARAH, M. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FARIA, N.; NOBRE, M. **Economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO, M. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas; o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

FERNANDES, B.; STÉDILE, J. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERRANTE, V. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D.; MEDEIROS, L. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói : Alternativa, 2013.

_____. Assentamentos rurais: espaços masculinos/femininos na construção de um novo modo de vida. In: ABRAMO, L.; ABREU, A. (Orgs.) **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

FERRARI, D. Entre a dádiva e o mercado: o que se troca nas feiras livre. **51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Bélem, 2013.

FILIPAK, A.; SAPIENSA, L.; ALEIXO, S. A política de crédito rural e a autonomia econômica das mulheres: Um estudo de caso do PRONAF-Mulher. **Anais Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Florianópolis, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Grade, 1988. v. 1.

_____. **Microfísica do poder**. 9 ed. Rio de Janeiro: Global, 1990.

FREITAS, T.; SILVEIRA, M. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado**. São Paulo: SOF, 2007.

FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, D.; MEDEIROS, L. (Org.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração Eletrônica**, São Paulo, v. 35, n. 4. 1995.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro: direito da família**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRAY, D. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HEREDIA, B. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, v. 9, n. 8. jan./jun. 2006

HERNANDES, C. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Division sexuelle de travail professionnel et doménestique: evolution de la problématique et paradigmes de la "conciliation". **Anais do Seminário Internacional Mercado de Trabalho Brasil França**. São Paulo. 2007

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas físicos**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431460>>. Acesso em: 10 abr.2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Painel dos assentamentos**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 02 mar.2016.

JURKEWICZ, R. Afinal, o que é gênero? In: CRUZ, M.; FRATESSCHI, P. **Cartilha lilás**. São Paulo: Secretária Regional do PT, 2000.

KUNZLER, E. **Agroecologia e a transformações sociais no espaço rural**: o caso do Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LECHAT, N. **A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**: estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1996.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MAGRINI, P. **Produção acadêmica sobre o MST**: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

_____. **Cruzando fronteiras invisíveis**: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

MAIA, C.; LOPES, M. As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 1, Nº. 1, mar/2001, p. 75-87.

MARTINS, G. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, M. **Pesquisa participante e educação popular**: da intenção ao gesto. Porto Alegre: Ísis, 2005.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **A política pública para as mulheres rurais no Brasil**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 01 fev.2016.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A história da luta pela terra.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 16 abr.2016.

_____. **O setor de gênero.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 16 abr.2016.

_____. **MST 30 anos: retratos de gerações em lutas.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica.** Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

OLIVEIRA, A. A **formação política do MST.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

OLIVEIRA, H.; ALMEIDA, H. Relações de gênero e poder no assentamento rural Araraíba da Pedra – Cabo de Santo Agostinho – Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (organ.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

PAULILO, M. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5., n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

_____. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO, M. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas; o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEDRO, J. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun., 2011.

PELEGRI, M. Foucault, feminismo e revolução. **Anais do XXI Encontro Estadual de História.** Campinas, 2012.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. IN: COSTA, A., BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRESVELAU, C.; ALMEIDA, F.; ALMEIDA, J. **Mulher, família e desenvolvimento rural.** Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

PRESVELAU, C. Família, autossuficiência alimentar e desenvolvimento. In: PRESVELAU, C.; ALMEIDA, F.; ALMEIDA, J. **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

ROY, L. **O modo de ser trabalhadora na reestruturação produtiva**. São Paulo: Editora Alínea, 1999.

RUA, M; ABROMOVAY, M. **Companheiras de luta ou coordenadoras de panela?: as relações de gênero em assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SABORIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALES, C. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 240, p. 437-443, mai./ago. 2007.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1., p. 173-186, 2008.

SCHEFLER, M. Temas transversais na agricultura familiar: pesquisa e método sob enfoque de gênero e gerações. **Anais do VIII Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Florianópolis, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, P. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (organ.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R. Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. In: VENTURI, G; GOLDINHO, T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SCHWEDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO, M. I. S. (Orgs.). In: **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SOUZA, D. **A cooperação como estratégia organizacional do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Paraná: o caso da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

SANTOS, C. Agroecologia no Assentamento Conquista da Liberdade Piratini RA: um exemplo de agroecossistema sustentável. **Anais do X Congresso de Ecologia do Brasil**. São Lourenço, MG, 2001.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TEDESCHI, L. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, A.; TEDESCHI, A.; FARIAS, M.. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: UFGD, 2009.

TORRES, I. A perspectiva de poder em Foucault e suas conexidades com as relações de gênero. **Revista Pensam Real**, ano IV, n. 9, 2001.

WANDERLEY, M. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, p. 25-44, 2014.

WEDIG, J.; MENASCHE, R. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, D.; MEDEIROS, L. (Organ.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terras a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p. 35-53, jan/jun, 1990.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e método**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Termo de Consentimento

Professor orientador: Dr. Renato Santos de Souza.

Aluno (a) pesquisadora (a): Rodrigo Duarte Faccin.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Prédio 44.

Local de coleta de dados: Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, Rio Grande do Sul.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

A Universidade Federal de Santa Maria, através do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, estão desenvolvendo uma pesquisa sob a coordenação do Prof. Dr. Renato Santos, a fim de analisar a compreensão do trabalho a partir das mulheres do Assentamento Conquista da Liberdade.

- ☐ Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas do roteiro de entrevistas de forma totalmente **voluntária**.
- ☐ Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- ☐ O pesquisador deverá responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.
- ☐ Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Procedimentos: Para o desenvolvimento da pesquisa, precisamos da sua autorização para realizar uma entrevista com algumas perguntas e gostaríamos de

ter a permissão do Senhor (a) para usar o gravador de voz. O Senhor (a) tem a liberdade de não querer gravar a entrevista ou de não responder alguma pergunta que possa lhe causar constrangimentos. A sua identidade e as informações da entrevista são sigilosas e usadas somente para fins da nossa pesquisa. O Senhor (a) também tem a liberdade de recusar a participar da pesquisa ou deixar de concordar, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo, bastando apenas comunicar o coordenador.

Riscos: A sua participação nesta pesquisa não representará qualquer risco para o Senhor (a), porém existe a possibilidade de desconforto emocional. O Senhor (a) tem total liberdade para não responder alguma pergunta que não lhe agrada ou não quiser falar a respeito da questão.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os nomes dos sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Além disso, os participantes terão o direito de se manterem atualizados sobre os resultados obtidos a partir da pesquisa, podendo buscar informações desta no Centro de Ciências Rurais/UFSM, prédio 44, localizado na Av. Roraima, nº 1000, Santa Maira - RS ou com o estudante pesquisador através do email rodrigo-faccin@hotmail.com.br.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____,
estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Piratini, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do sujeito da pesquisa

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA: AGRICULTORAS DO MODO DE TRABALHO INDIVIDUAL

APRESENTAÇÃO

- 1 Você poderia se apresentar brevemente?
- 2 Qual sua idade?
- 3 Qual seu estado civil?
- 4 Qual sua cidade/estado de origem?
- 5 Tem filhos? Quantos?

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

- 6 Como e quando você integrou ao MST?
- 7 Como foi o processo de conquista da terra?
- 8 Como você descreve o papel da agricultura familiar na sociedade?
- 9 Em sua opinião qual o papel da mulher na agricultura familiar?

UNIDADE FAMILIAR

- 10 Quem são os membros de sua família?
- 11 Quando sua família chegou ao assentamento?
- 12 Por que sua família optou pelo modelo de trabalho individual?
- 13 Sua família esteve sempre inserida neste modelo?
- 14 Caso não, quais foram os motivos que levaram a mudança?
- 15 Quais são as atividades desempenhadas por cada membro da família?
- 16 Como se dá o processo de tomada de decisão em sua casa?
- 17 Quem desempenha o papel de chefe da família?
- 18 Você concorda de como a chefia é desempenhada em sua família? Poderia ser diferente?
- 19 Quem em sua família tem acesso aos recursos financeiros oriundos do trabalho familiar?

COMPREENSÃO DO TRABALHO

- 20 Você poderia relatar a sua rotina de trabalho?
- 21 Quantas horas de trabalho você faz diariamente?
- 22 Sente algum tipo de dificuldade na execução de suas tarefas?
- 23 Você se sente reconhecida pelo trabalho que faz?
- 24 Em alguma situação cotidiana seu trabalho foi considerado menos importante?
- 25 Quais são as atividades e responsabilidades que você não gostaria de exercer no seu trabalho?
- 26 Quais atividades e responsabilidades que você não exerce, mas gostaria de exercer?
- 27 As outras mulheres vinculadas ao modelo de trabalho individual realizam atividades semelhantes a sua?
- 28 Como você observa o trabalho masculino em sua família? E no assentamento?
- 29 Como você observa o trabalho feminino em sua família? E no assentamento?
- 30 Você considera justo o trabalho desempenhado pelas mulheres em sua família? E no assentamento?
- 31 Como você observa o trabalho das mulheres inseridas no modelo de trabalho associativo?
- 32 Acredita que elas exercem responsabilidades diferentes da sua?
- 33 Acredita que existam diferenças no reconhecimento do seu trabalho em relação às mulheres do modo associativo?

PERCEPÇÃO SOBRE SER MULHER

- 34 Em sua opinião o que é ser mulher?
- 35 Você acredita que homens e mulheres vivem de forma igualitária em sua família?
- 36 Como você observa nas demais famílias do assentamento?
- 37 Como é a sua relação com as outras mulheres no assentamento?
- 38 Você já testemunhou ou vivenciou algum tipo de discriminação ou violência?
- 39 Você já participou de formações ou cursos sobre igualdade de gênero?
- 40 Como você observa as ações desempenhadas pelo MST para a igualdade de gênero?
- 41 Quais são os seus planos para o futuro?

APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA: AGRICULTORAS DO MODO DE TRABALHO COLETIVO

APRESENTAÇÃO

- 1 Você poderia se apresentar brevemente?
- 2 Qual sua idade?
- 3 Qual seu estado civil?
- 4 Qual sua cidade/estado de origem?
- 5 Tem filhos? Quantos?

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

- 6 Como e quando você integrou ao MST?
- 7 Como foi o processo de conquista da terra?
- 8 Como você descreve o papel da agricultura familiar na sociedade?
- 9 Em sua opinião qual o papel da mulher na agricultura familiar?

UNIDADE FAMILIAR

- 10 Quem são os membros de sua família?
- 11 Quando sua família chegou ao assentamento?
- 12 Por que sua família optou pelo modelo de trabalho coletivo?
- 13 Sua família esteve sempre inserida neste modelo?
- 14 Caso não, quais foram os motivos que levaram a mudança?
- 15 Quais são as atividades desempenhadas por cada membro da família?
- 16 Como se dá o processo de tomada de decisão em sua casa?
- 17 Quem desempenha o papel de chefe da família?
- 18 Você concorda de como a chefia é desempenhada em sua família? Poderia ser diferente?
- 19 Quem em sua família tem acesso aos recursos financeiros oriundos do trabalho familiar?

COMPREENSÃO SOBRE O TRABALHO

- 20 Você poderia relatar a sua rotina de trabalho na cooperativa?
- 21 Quantas horas de trabalho você faz diariamente?
- 22 Sente algum tipo de dificuldade na execução de suas tarefas na cooperativa?
- 23 Você se sente reconhecida pelo trabalho que faz na cooperativa?
- 24 Em relação ao seu trabalho em casa, poderia relatar a sua rotina?
- 25 Quantas horas de trabalho você faz diariamente?
- 26 Sente algum tipo de dificuldade na execução de suas tarefas?
- 27 Você se sente reconhecida pelo trabalho que faz?
- 28 Como você concilia o trabalho em casa com o trabalho na cooperativa?
- 29 Em alguma situação cotidiana seu trabalho foi considerado menos importante?
- 30 Quais são as atividades e responsabilidades (na cooperativa ou em casa) que você não gostaria de exercer no seu trabalho?
- 31 Quais atividades e responsabilidades (na cooperativa ou em casa) que você não exerce, mas gostaria de exercer?
- 32 As outras mulheres vinculadas ao modelo de trabalho coletivo realizam atividades semelhantes a sua?
- 33 Como você observa o trabalho masculino em sua família? E na cooperativa?
- 34 Como você observa o trabalho feminino em sua família? E na cooperativa?
- 35 Você considera justo o trabalho desempenhado pelas mulheres em sua família?
E na cooperativa?
- 36 As mulheres ocupam posições de chefia na cooperativa? Quais?
- 37 A direção da cooperativa se preocupa com o bem-estar das mulheres? Poderia ser diferente?
- 38 Como você observa o trabalho das mulheres inseridas no modelo de trabalho individual?
- 39 Acredita que exercem responsabilidades diferentes delas? Quais?
- 40 Acredita que existam diferenças no reconhecimento do seu trabalho em relação às mulheres do modo individual?

PERCEPÇÃO SOBRE SER MULHER

- 41 Em sua opinião o que é ser mulher?

- 42 Você acredita que homens e mulheres vivem de forma igualitária em sua família?
- 43 Como você observa nas demais famílias do assentamento?
- 44 Como é a sua relação com as outras mulheres no assentamento?
- 45 Você já testemunhou ou vivenciou algum tipo de discriminação ou violência?
- 46 Você já participou de formações ou cursos sobre igualdade de gênero?
- 47 Como você observa as ações desempenhadas pelo MST para a igualdade de gênero?
- 48 Quais são os seus planos para o futuro?

APÊNDICE 4 – FOTOS DO ASSENTAMENTO



Fonte: Imagens da pesquisa



Fonte: Imagens da pesquisa



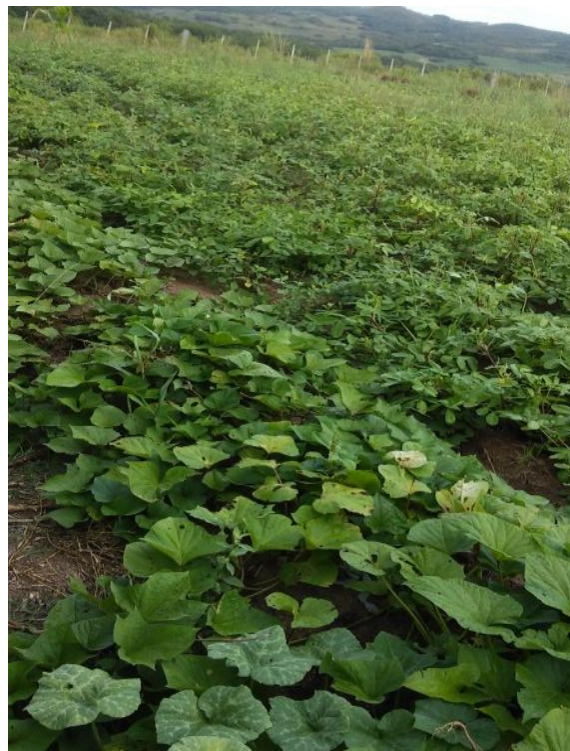
Fonte: Imagens da pesquisa



Fonte: Imagens da pesquisa



Fonte: Imagens da pesquisa



Fonte: Imagens da pesquisa